

InterAção

Revista InterAção | UFSM - Universidade Federal de Santa Maria | Vol. 13, nº 2 | Setembro/2022

ISSN 2357 – 7975

Edição Especial – Eleições Brasileiras 2022



Por GRUPO DE TEORIA, ARTE E POLÍTICA

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA UFSM

REITOR

Luciano Schuch
Martha Adaime (Vice-Reitor)

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS CCSH

Sheila Kocourek (Diretora)
Jose Martinho Rodrigues Remedi (Vice-Diretor)

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Thomaz Francisco Silveira de Araujo Santos
(Chefia)
Ednalva Felix das Neves (Chefia substituta)
Luciany Abreu de Mello (Secretária)

EQUIPE EDITORIAL

EDITOR-CHEFE

José Renato Ferraz da Silveira

COMITÊ EDITORIAL

Ademar Pozzatti Junior (UFSM)
Arthur Coelho Dornelles Jr.(UFSM)
Bruno Hendler (UFSM)
Günther Richter Mros (UFSM)
Reginaldo Teixeira Perez (UFSM)

EDITORA DE REVISÃO

Denise Valduga Batalha (IFFar)

ASSISTENTE DE EDITORAÇÃO

Guilherme Geremias da Conceição (UFRGS)

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Fuccille (UNESP)
Ana Maria Evans de Carvalho (Georgetown University, EUA)
Augusto Teixeira Jr. (UFPB)
Chris Landsberg (University of Johannesburg, Africa do Sul)
Carmen Lícia Palazzo (UniCEUB)
Claire Delfini Viana Cardoso (Colégio Politécnico UFSM)
Clarissa Franzoi Dri (UFSC)
Daniel Lena Marchiori Neto (FURG)
Diego Trindade d'Ávila Magalhães (UFG)
Eduardo Lopes Cabral Maia (UFSM)
Fabiano P. Mielniczuk (UFRGS)
Fernando José Ludwig (UFTO)
Filipe Luís de Vasconcelos Romão (Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)
Frédéric Louault (Sorbonne Nouvelle Paris, França)
Geisa Cunha Franco (UFG)
Héctor Luis de Saint-Pierre (UNESP)
Hermenegildo Avelino (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Hilário Simões Cau (Instituto Superior de Relações Internacionais, Moçambique)
José Manuel Damião Soares Rodrigues (Universidade de Lisboa, Portugal)
Juliano Cortinhas (UnB)
Larlecianne Piccolli (ISAPE)
Layla I. A. Dawood (UERJ)
Márcia Mieko Morikawa (Universidade Timor Loro Sae, Timor-Leste)
Mariana Kalil (ESG)
Mónica Martínez (UFRR)
Oliver Stuenkel (FGV)
Oswaldo Dehon Roque Reis (Ibmec – BH)
Pedro Caridade Freitas (Universidade de Lisboa, Portugal)
Peter Vale (University of Johannesburg, Africa do Sul)

Thiago Moreira de Souza Rodrigues (UFF)

Nota: Os trabalhos assinados exprimem conceitos da responsabilidade de seus autores, coincidentes ou não com os pontos de vista da redação da Revista. Todos os direitos Reservados: Proibida a reprodução total ou parcial, sem a prévia autorização do GTAP, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos ou videográficos. Vedada a memorização e/ou recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de quaisquer partes desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e §§, do Código Penal, cfe. Lei nº 6.895, de 17-12-1980) com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 122, 123, 124 e 126, da Lei nº 5.988 de 14-12-1973, Lei dos Direitos Autorais).

EDITORIAL

“O sucesso entre os mortais, este é um deus, ou melhor, mais do que um deus”.

Ésquilo

O êxito de uma revista depende fundamentalmente de certas características, tais como:

Confiabilidade;

Visibilidade;

Prestígio;

Impacto;

Corpo *ad hoc* qualificado;

A revista *InterAção* buscou e busca - na sua trajetória de 13 anos - construir todos esses pilares qualificadores de uma revista científica. Não foi, não é e não será uma tarefa fácil e simples! Longe disso! Sermos periféricos na localidade-importância nacional/internacional nos afasta de qualquer relevância.

Contudo, desde os Tempos dos heróis e heroínas gregas, há sonhos e desejos ambiciosos.

A revista *InterAção* preza por três aspectos:

- ousadia intelectual nos temas;
- “criativo na capa, diagramação e demais aspectos técnicos da editoração”
- na linguagem/retórica/discurso dos artigos, ensaios e entrevistas que externam ao academismo rigoroso e técnico.

Todos estes elementos da *InterAção* servem e podem servir para uma sólida edificação do nosso periódico entre as mais distintas e conceituadas revistas de Relações Internacionais do país.

De fato, sabemos que qualquer empreendimento bem sucedido exige coordenação, critério, planejamento e recursos.

Ninguém duvida de que uma organização com amplos recursos tem maior probabilidade de ser mais exitosa do que outra cujos recursos sejam deficientes. E vale destacar que sem planejamento, sem coordenação e sem critérios, a chance de sucesso é mínima.

A revista *InterAção* sobrevive nestes tempos fraturados e fraturantes. E mesmo assim: promovemos ciência, promovemos conhecimento, promovemos interdisciplinaridade entre diferentes saberes e áreas.

E a presente edição especial – setembro de 2022 – “Eleições no Brasil 2022” é um esforço ou uma tentativa racional, criativa, desapaixonada e sistemática que tem como objetivo proporcionar, provocar, estimular, instigar, destilar reflexões e insights sobre a eleição brasileira de 2022.

Consideramos que a audácia/complexo de Prometeu moveu esta edição.

Por fim, contamos com a sua leitura e o seu *feedback* crítico.



PROF. DR. JOSÉ RENATO FERRAZ DA SILVEIRA
 <https://orcid.org/0000-0001-7751-7583>
Editor-chefe Revista InterAção
<https://periodicos.ufsm.br/interacao>

ELEIÇÕES BRASILEIRAS 2022 EDIÇÃO ESPECIAL

APRESENTAÇÃO

José Renato Ferraz da Silveira¹

ELEIÇÕES BRASILEIRAS DE 2022: EDIÇÃO ESPECIAL DE SETEMBRO



Como disse o cientista político Jairo Nicolau: “estamos atravessando desde 2013 um momento turbulento que nos faz ter a sensação de que algo está fora da ordem em nossa democracia”.

Qual a marca de uma crise da democracia?
Há muitas respostas!

Há, em cena, no teatro político brasileiro: os líderes populistas, a satanização dos culpados, o embaralhamento das oposições políticas, as pesquisas de opinião, as pesquisas de avaliação, a crise da democracia representativa, os jogos de máscaras, o poder e o contrapoder, o eterno conflito entre a ordem do possível e a ordem do desejável e a imprevisibilidade.

A Revista *InterAção*, com o objetivo de debater e problematizar as eleições brasileiras de 2022, promove a presente edição extraordinária.

Tivemos uma novidade: realizamos entrevistas com 4 (quatro) especialistas (Prof. Dr. Dejalma Cremonese, Prof. Dr. Valdo Barcellos, Prof. Dr. Junior Ivan Bourscheid e Prof. Dr. Cláudio Gonçalves Couto) – com as mesmas questões – e tivemos aproximações, afastamentos e diferentes enfoques.

De fato, as respostas dos *expertises* assemelham-se a um *patchwork*. Lembrando que *patchwork* é uma obra feita de pedaços de tecido de cores ou padrões diferentes, cosidos uns nos outros.

Vale a leitura!

O artigo **Comentários sobre a diáde ‘voto ideológico’/‘voto econômico’ nas eleições presidenciais de 2022 no Brasil** de Reginaldo Teixeira Perez, Mateus Tuzzin de Oliveira, Gabriel S Vaccari, Luis Guilherme Barbosa é uma contribuição acadêmica, de caráter exploratório, que promove ricos insights sobre a motivação do voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2022. Além disso, vale destacar uma das passagens finais do texto: “encontra-se um cenário de difícil previsibilidade e contornos ainda altamente nebulosos em pontos nodais, como no exemplo de se haverá espaço e tempo para a emergência de outra candidatura eleitoralmente competitiva frente às que até aqui bipolarizam as pesquisas. Mas, independentemente dos resultados eleitorais de 2022, uma das poucas certezas está em que, encerrado o pleito, os estudiosos poderão dispor de rico material para novas investigações”.

Contamos também com o ensaio do diplomata Paulo Roberto de Almeida intitulado **Eleições brasileiras de 2022: um cenário de terra arrasada**. Almeida questiona – inicialmente – se estamos caminhando insidiosamente para um regime iliberal e há uma série de reflexões sobre a os personagens em jogo, a história, a sociedade o papel da elite político-econômica brasileira.

Temos o ensaio de Rodrigo Augusto Prando intitulado **Jair Bolsonaro: 2018-2022 – discurso, ação política e eleições**. Prando faz uma análise crítica, panorâmica e ponderada sobre o governo

¹ Professor Associado III do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria. Editor chefe da Revista *InterAção*. jreferraz@hotmail.com  : 0000-0001-7751-7583

Bolsonaro e sobre os possíveis cenários da eleição que se avizinha.

O último ensaio é a minha contribuição. Intitula-se **Silencioso desespero**. Abordo acerca da polarização política no Brasil. Há ou não há polarização política no Brasil? Ela aumentou desde 2014 e 2018? São perguntas que faço.

Vale destacar que esta edição especial da Revista *InterAção* explora o principal fenômeno político de 2022 (no Brasil): as eleições brasileiras.

Considero uma ousadia intelectual do nosso periódico (talvez o único no Brasil da área de Ciência Política e Relações Internacionais que fez algo nesse empreendimento).

Considero que há prudentes projeções de cenários e análises conjunturais com distintas abordagens teórico-metodológicas.

A edição está lançada!

O desafio foi vencido!

Por fim, reafirmamos nosso compromisso com o pensamento livre, independente e como dizem os autores do artigo desta edição: “com as prudências que a responsabilidade acadêmica requer”.

E com a coragem e perseverança que o move o “espírito livre de Ariel”.

Portanto, encerro com Shakespeare: “Somos feitos da mesma substância que os sonhos. Nosso pequeno mundo está rodeado de sonhos”.

Esta edição é um sonho realizado!

Boa leitura!

José Renato Ferraz da Silveira
Santa Maria, Setembro de 2022.

ENTREVISTA

Prof. Dr. Dejalma Cremonese (Universidade Federal de Santa Maria)

Sobre o entrevistado — Dejalma Cremonese é licenciado em Filosofia FAFIMC - Faculdade de Filosofia Imaculada Conceição - Viamão RS (1990); estudou 2 anos de teologia na FAPAS - Santa Maria RS (1991-1992); Especialista em Pesquisa Científica FIC (UFN) (1993-1994); Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS (UFSM) (1996); e Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2006). Atualmente é professor Associado II do Departamento de Ciências Sociais da UFSM. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSM. Tem experiência nas áreas das Ciências Humanas e Sociais com ênfase em Filosofia Política e Teoria Política, atuando principalmente nos temas da Formação e Relações Humana: Se interessa pelos temas da Ética, Felicidade, Política, Democracia e Pós - Modernidade. É palestrante e autor de diversos artigos e livros tendo lançado recentemente "Ética e Felicidade: lições da filosofia antiga para uma vida boa" pela Editora Appris, Curitiba – Brasil (2017); Fundamentos da Teoria Política, Appris, Curitiba (2020) e Democracia e Crise Política no Brasil (2013-2020), Appris, (2021). Coordena o Canal PaideiaTV no Youtube.

ORCID: 0000-0001-5941-592X

Lattes: 1612981086021270

E-mail: dcremoisp@yahoo.com.br

Quais são os possíveis cenários políticos para a eleição no Brasil? Quais partidos políticos podem se destacar?

Dejalma Cremonese — Acredita-se que a mais recente polarização em torno de Lula (PT) e Bolsonaro (PSL – e agora PL) tende a permanecer. Por décadas a polarização política foi protagonizada entre o Partido dos Trabalhadores (PT), com Lula e Dilma versus o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com Fernando Henrique Cardo, José Serra e Geraldo Alckmin. Agora não mais. A tendência é o crescimento de partidos que fazem parte desses dois blocos políticos: em torno de Lula e Bolsonaro. O PMDB, como sendo o maior partido do Brasil, deve manter sua hegemonia e não pode ser desconsiderado. PSDB deve encolher e se tornar um partido discreto e orbitar distantemente do centro do poder.

Qual o balanço do governo Bolsonaro?

DC — Dizem que uma tragédia não acontece apenas por uma razão. Foram diversas as variáveis que culminou na vitória de Bolsonaro em 2018. A Operação Lava a Jato, protagonizado por Sérgio Moro, o juiz parcial, que excluiu Lula das eleições 2018: um candidato que apresentava, na época, boas intenções de votos nos Instituto de Pesquisas. O crescimento do antipetismo na

opinião pública, a onda evangélica favorável a Bolsonaro e as fake News, foram alguns procedimentos para que Bolsonaro fosse vencedor a quatro anos atrás.

O Governo Bolsonaro será marcado pela truculência nas ações do presidente. Pela negligência no trato da pandemia (negacionismo científico - descrédito nas vacinas, crença nos tratamentos precoce); Um governo inimigo da educação (5 ministros), tratando as universidades, professores e alunos como inimigos do governo; avanço nas políticas neoliberais com a diminuição do Estado. Uma catástrofe, portanto.

Podemos dizer que vivemos o retorno do ciclo de conquistas eleitorais de partidos de esquerda na América Latina?

DC — A tendência neste momento sim. É sabido que de tempos em tempos o pêndulo do espectro político se movimenta: ora para a direita, centro e esquerda. Assistimos nas últimas décadas um avanço de lideranças e partidos políticos de direita no cenário internacional. Em alguns países beirando o protofascismo. Avaliando o resultado das últimas eleições em países da América Latina a tendência é sim, o avanço do espectro mais a esquerda no cenário político.

É possível apontar quais serão os principais temas de agenda da campanha presidencial?

DC — Estamos no início da Campanha eleitoral. Por enquanto as propostas de governo não estão muito claras. A tendência é se agravar a violência política, não apenas no campo simbólico mas no real. A corrupção está sendo a pauta principal, tanto de um lado quanto do outro. Neste sentido estamos vendo a morte da política que tem o objetivo no debate das questões públicas.

Podemos comparar o fenômeno do *antipetismo* - um dos fatores – que culminou na vitória de Jair Messias Bolsonaro ao presente *antibolsonarismo* que poderá levar Luís Inácio Lula da Silva ao Palácio do Planalto?

DC — O *antipetismo* foi sim uma das variáveis que ajudou Bolsonaro a vencer as eleições em 2018 (debateamos acima). Não acredito que Bolsonaro tenha agregado mais simpatizantes e votos durante os quatro anos de sua gestão. Neste sentido Bolsonaro bate no teto entre os seus eleitores – em torno de 30% e ficará por aí. Segundo as últimas pesquisas, é provável que Bolsonaro e Lula permaneçam com o maior percentual de votos com a possibilidade de 2. Turno. A chamada “terceira via” (Ciro e Simone Tebet), embora tenham avançando minimamente nas pesquisas, não conseguirão tomar o lugar nem de Lula, nem de Bolsonaro. Mas seus votos poderão sim possibilitar um segundo turno nas eleições 2022.

Entrevistador: José Renato Ferraz da Silveira.

ENTREVISTA

Prof. Dr. Valdo Barcelos (Universidade Federal de Santa Maria)

Sobre o entrevistado — Valdo Barcelos é natural da cidade de Santa Maria/RS. Membro da Academia Internacional de Letras, Artes e Ciências-ALPAS-21. Ocupa a Cadeira número 102-Patrono, Paulo Freire. Membro da Academia Santa-Mariense de Letras (ASL). Ocupa a Cadeira de n. 21-Patrono é o Escritor Cyro Martins. Membro da Casa do Poeta de Santa Maria. Membro da Anistia Internacional. Seção Brasil, desde 1972. Escritor nos gêneros crônica, poesia e conto. Participante de Antologias poéticas; Prêmio em poesia no Concurso Literário Felipe de Oliveira (2008). Colaborador de Jornais diários. Professor Titular da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM-CE. Orientador de Mestrado e Doutorado. Pesquisador Produtividade-1-CNPq-Professor Visitante Universidade de COIMBRA-Portugal. Indicado para o Prêmio Pesquisador Destaque em Educação/FAPERGS-2021. Pela sua dedicação as Artes, Ciências e aos Direitos Humanos recebeu a Comenda Personalidade Literária 2017. Prêmio Destaque Literário em Poesia, no 32º. Concurso Literário de Poesias, Contos e Crônicas (2020), pela Academia Internacional de Artes, Letras, e Ciências – ALPAS 21. Professor Conferencista Convidado Visitante no Instituto PI-AGET-Portugal. Professor Pesquisador Visitante no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-Manaus (INPA). Indicado ao Prêmio Destaque em Pesquisa na Educação pela FAPERGS, ano 2021. Consultor da UNESCO-MEC-INEP-MCT-CYTED-CAPES-CNPQ. Membro da Anistia Internacional-Seção Brasil desde 1974. Tem mais de quarenta Livros publicados e uma centena de capítulos de livros e de artigos científicos em revistas nacionais e internacionais. Colunista do Jor-

nal Diário de Santa Maria. Participa de vários programas de rádio e televisão.

ORCID: 0000-0001-7768-1543

Lattes: 744776089646

E-mail: vbarcelos@terra.com.br

Introdução

As respostas as questões colocadas pelos editores da Revista InterAção serão respondidas tomando como principal referência minha obra intitulada *Populismo Fascismo – os maiores inimigos da democracia*, publicado pela editora OIKOS, 2021. Segue abaixo um Release do livro citado.

Populismo e Fascismo – os maiores inimigos da democracia por Valdo Barcelos

Os objetivos desse livro são: (1) fazer um convite à reflexão sobre a natureza do ressurgimento de movimentos como populismo, fascismo e nacionalismo no mundo atual; (2) refletir sobre os riscos que tais ressurgimentos podem oferecer a Democracia; (3) entender como governos eleitos democraticamente podem se transformar em regimes autoritários e antidemocráticos, via processos eleitorais legítimos; (4) Refletir sobre a necessidade de retomar o princípio de que a democracia e a convivência democrática se fundam na vontade generosa e sincera de convivência com o outro no respeito mútuo e na honestidade das relações e (5) refletir sobre a possibilidade de construção da

Democracia como uma obra de arte, em permanente aprimoramento, a partir do viver/conviver colaborativo e *co-operativo*, tendo como um dos pontos de partida a educação, principalmente, das crianças.

Queremos ou não queremos que as crianças e os jovens de hoje transformem-se em adultos amantes da Democracia? Que sejam honestos e sinceros consigo mesmo e com os outros? Que colaborem e *co-operem* como algo espontâneo em seu viver/conviver em sociedade? Que não discriminem a qualquer pessoa? Que respeitem a si mesmos como ponto de partida para respeitar o outro? Que, afinal, tenham a possibilidade de viver em um país que os acolha, respeite suas liberdades e não os mergulhe no cenário de desonestidade no qual estamos sucumbindo?.

Ao vivermos em regimes democráticos, acabamos como que nos “acostumando” a pensar a Democracia (1) como algo que está consolidado, e (2) como algo do âmbito exclusivo das instituições. Por outro lado, nos dedicamos à construção e manutenção de instituições democráticas. Sem dúvida que isso não tem nada de errado em si. No entanto, ao olharmos exclusivamente para as instituições, descuidamos de algo básico: da atenção para a construção de relações democráticas entre as pessoas. A Democracia não pode ser resumida a uma reflexão intelectual sobre o caráter das instituições e mesmo entre as pessoas. A Democracia precisa ser um exercício cotidiano e permanente na convivência entre as pessoas, particularmente em suas relações íntimas. Pensar a Democracia a partir da construção de relações democráticas entre as pessoas é, sem dúvida, um passo importante e necessário. Esse seria um primeiro e, certamente, fundamental passo. Contudo, não seria suficiente. Há que pensar um segundo passo. Isso quer dizer: um passo sem o qual a Democracia não se realizará. Há que entendermos que a Democracia, e, conseqüentemente as relações democráticas entre as pessoas, precisam começar a acontecer desde infância. Sim, pois, as crianças são seres no mundo. Ou seja: Democracia é, sim,

coisa de criança. Só quando a Democracia for entendida e assumida, também, como coisa de criança, é que poderemos começar a acreditar na possibilidade de construir um mundo de adultos que tenham, real e sinceramente, apreço pela Democracia. Transformar crianças em cidadãos que se encantem e se enamorem pela Democracia, é a principal tarefa da educação em uma sociedade que se queira realmente democrática.

Como tornar realidade a longevidade da Democracia? Não esquecendo, em nenhum momento, de lembrar esses princípios fundantes da convivência democrática em nossas relações íntimas na família, nos locais de trabalho, nos espaços de lazer, nos clubes que frequentamos, nas igrejas e, fundamentalmente, incorporando os princípios da Democracia nas salas de aula, nos livros e nos documentos educacionais. Enfim, a educação pode ser um espaço privilegiado para a afirmação da longevidade da Democracia, bem como a melhor alternativa para a construção de uma cultura de paz entre os povos. Entre todos os povos que desejarem, sinceramente, viver e enamorem-se pela Democracia.

Editora OIKOS, 160 págs.

A quem se dirige: Áreas da política, Ciências Sociais, Comunicação, Economia, Educação, Democracia e Sociedade.

Quais são os possíveis cenários políticos para a eleição no Brasil? Quais partidos políticos podem se destacar?

Valdo Barcelos — Vou arriscar três possíveis cenários para o que podemos ter a partir da eleição do presidente Jair Bolsonaro. O primeiro é de certo otimismo, na medida em que logo retornaremos ao caminho democrático como consequência da não reeleição do atual presidente; o segundo é menos alentador, pois iríamos para a consolidação desse modelo de governo e sua ampliação para outros poderes da república e o terceiro é um cenário de radicalização e de acirramento das disputas entre

a oposição e o governo. A seguir farei uma reflexão sobre os possíveis desdobramentos de cada um desses cenários.

Cenário 1 – Cenário otimista do ponto de vista da democracia. O atual governo do presidente Jair Bolsonaro perde apoio popular, bem como se desgasta frente a setores políticos que o apoiaram, mas que não tinham a exata dimensão da truculência e do mau gosto de sua forma de atuação política desrespeitosa para com os adversários políticos e setores ditos pertencentes às minorias sociais. O presidente sofre derrotas no parlamento e também no Supremo Tribunal Federal e não consegue êxito em modificar a constituição e impor suas propostas via Decretos e Medidas Provisórias. Nesse cenário o atual presidente não consegue se reeleger. Também não pode ser descartada a possibilidade de um processo de *Impeachment* do presidente em função de abuso de sua autoridade e de ações intempestivas. Nesse cenário, o período de governo do presidente Jair Bolsonaro teria servido como que uma espécie de alerta para as posições políticas mais radicais, dos perigos que a democracia pode correr nas mãos de aventureiros autoritários. De outra forma, seriam reafirmados os valores da tolerância, do diálogo, enfim, da necessidade de fazerem-se alianças políticas no campo democrático, sempre que a Democracia estiver correndo perigo. Teríamos, assim, ganhado mais uma oportunidade para refletirmos sobre a necessidade do fortalecimento das instituições democráticas que, diga-se, é a forma mais simples de garantirmos a vida em Democracia;

Cenário 2 – Cenário em que o presidente se reelege e se fortalece junto aos setores populares e ganha mais credibilidade ainda junto aos seus eleitores(as) assumidamente de direita e de extrema direita política. Fortalecido o presidente avança cada vez mais na direção de alterar leis e

promover reformas que vão encurralando as posições políticas de oposição. A reeleição dá ao governo a legitimidade que tanto precisa para colocar em andamento as suas bandeiras de campanha que não foram implementadas no primeiro mandato. O presidente busca se fortalecer junto ao supremo Tribunal Federal pela nomeação de juizes de sua preferência quanto às posições mais conservadoras; seu apoio no Congresso e no Senado se amplia em função do aumento do número de parlamentares eleitos nas eleições proporcionais; da mesma forma o presidente elege mais governadores de Estado simpáticos às suas propostas; os movimentos de defesa dos Direitos Humanos; ambientalistas; indígenas e outros movimentos de defesa das liberdades e dos direitos civis são pressionados e forçados a recuar em suas reivindicações. Enfim, teríamos um cenário de grandes dificuldades e de enfraquecimento dos movimentos de questionamento das medidas autoritárias do governo;

Cenário 3 – Cenário de acirramento das disputas entre a oposição e o governo. Nesse cenário, o nível de tensionamento das disputas seria levado para os limites de tensão suportável pela Democracia. O governo intensificaria suas ações no sentido de constranger e/ou reduzir a independência dos demais poderes constituídos da República, tais como, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. As instituições Democráticas seriam questionadas e pressionadas por movimentos de extrema direita em direção ao acirramento, por exemplo, da rejeição aos imigrantes; aos grupos de defesa dos direitos e liberdades civis; redução dos espaços de liberdade de expressão; pressão sobre a imprensa livre e independente, particularmente, aqueles setores que não aderiram ao governo; desqualificação das pesquisas e da legislação de proteção relativas às questões ambientais; a

defesa do endurecimento das leis contra delitos sociais; as pessoas se desinteressariam ainda mais pela política e pela defesa da Democracia. Enfim, esse seria um cenário de extrema gravidade política e de perigo para a Democracia. Esse desfecho parece-me o menos provável, mas, também, não pode ser descartado como uma das possibilidades futuras do governo do presidente Jair Bolsonaro. Frente a um cenário tão desfavorável, para as relações democráticas, se fará fundamental o papel de lideranças políticas verdadeiramente comprometidas com os princípios e com as normas da democracia. Esse comprometimento terá de passar, necessariamente, pela formação de uma frente ampla democrática em defesa do retorno e da manutenção dos pressupostos da Democracia. Ou isto, ou a Democracia brasileira corre o sério risco de sucumbir e o preço disso não se pode sequer calcular. Em momentos tão cruciais como esses, poderá ser de grande valia o conhecimento dos processos que levaram outras democracias consolidadas a se esboroarem e dar lugar a regimes autoritários e autocráticos. O entendimento desses processos nos fará compreender como ocorreram e, assim, evitar retrocessos.

Como vemos, estamos frente a um exemplo clássico de que a Democracia pode morrer mesmo em um sistema democrático. Ou seja: não há como garantir, mesmo tendo-se uma constituição democrática que a Democracia não será derrotada.

A Constituição brasileira de 1988 (conhecida como a Constituição cidadã) baseou-se em um conjunto de leis e de normas que, se observadas na sua inteireza nos proporcionariam um funcionamento democrático das instituições da República. Com ela, e com sua observância, poderíamos ficar tranquilos quanto à rejeição de retornos autoritários.

Infelizmente o mundo real da política não é tão simples assim.

Ocorre que existem procedimentos, condutas, que são impossíveis de serem materializadas em artigos e normas constitucionais como, por exemplo, o respeito mútuo, tolerância com os divergentes, necessidade de tratar os adversários políticos com dignidade e aceitação dos mesmos como legítimos. Enfim, tratar as divergências políticas como normais num processo democrático. Não entender os adversários políticos como inimigos em uma guerra. Inimigos que devem ser eliminados, exterminados, riscados do mapa político. Dizendo de outra forma: a sobrevivência da Democracia não depende somente de leis. Ela - a Democracia - para ser mantida e aprofundada carece do desejo sincero e generoso de não aceitarmos o jogo da manipulação, da distorção dos argumentos e dos fatos, da mentira como forma de resolver as divergências que, eventualmente, surgirem. Levitsky e Ziblat (2018:202) chamam a atenção para o fato de que mesmo quando nos confrontarmos com um valentão arrogante e violento “disposto a usar todos os meios necessários para vencer, os que jogam seguindo as regras correm o risco de fazer papel de bobos”, não devemos sucumbir à tentação da desonestidade.

Resumindo: a Democracia exige que joguemos o jogo limpo e jamais aceitemos apelar para o jogo sujo. Mesmo quando os adversários o façam. Se aceitarmos o chamamento de mandar as normas e regras democráticas às “favas”, nos igualaremos aos defensores do autoritarismo e dos inimigos da Democracia.

Ao aceitarmos usar os mesmos artifícios manipuladores e mentirosos que por ventura os adversários lançam mão, estaremos nos parecendo com eles e, com isso, estaremos dando uma péssima contribuição para a política e para a Democracia.

Há que aprendermos que a melhor alternativa para desalojar os autoritários do poder é pela via democrática. Aceitar as regras que o jogo antidemocrático oferece nunca será uma boa opção. Mesmo que se obtenha uma vitória ela seria atingida por meio de um custo, para a Democracia, que talvez não

possamos sequer avaliar. A democracia que surgiria a partir desse tipo de vitória seria uma Democracia contaminada pelo rancor, pelo ódio, pelo desejo de revanche, enfim, por sentimentos que não combinam com os princípios democráticos e de uma vida no caminho da pacificação dos espíritos. Ao contrário, estaríamos criando um ambiente futuro propício a novas contendas radicais que, mais cedo ou mais tarde, colocariam novamente a Democracia em risco. Existem poucas coisas mais prejudiciais para a estabilidade democrática que uma oposição raivosa e que não aceita dialogar. Uma destituição do poder pela via da sectarização política acaba por criar uma oposição ainda mais aferrada à opção de se utilizar de todos os meios possíveis para retornar ao poder.

Não podemos esquecer que a longevidade da Democracia precisa de cidadãos que não apenas se contenham frente ao limite das leis e das normas constitucionais, mas, que também tenham o bom senso de saber o limite entre a disputa política que respeita o adversário e a guerra onde a oposição deve ser eliminada. Deve ser banida do cenário político.

Em um clássico da literatura política intitulado o *Espírito das leis* (1748) seu autor, o filósofo francês Charles-Louis de Secondat (1689-1755), conhecido por Montesquieu, foi brilhante, contudo, não podia imaginar que sua obra era quase perfeita. Digo quase porque Montesquieu não percebeu que seu tratado sobre a Democracia e as instituições não estavam garantidos, não eram imunes ao ataque de aventureiros.

Em sua clássica obra Montesquieu construiu uma forma e/ou um sistema de governo, no qual propunha a separação dos poderes, a preservação das liberdades civis, a manutenção da lei e o fim da escravidão. A obra foi um grande avanço para a época e se transformou em um clássico.

Infelizmente as leis e as normas constitucionais não são suficientes para frear os ímpetos antidemocráticos e autoritários de lideranças políticas com tendência ao autoritarismo. Assim que, a genialidade e a beleza da Democracia estão, justo, no fato de que aqueles e aquelas que a adotam e a defendem não o fazem apenas pela obediência das leis, mas, sim, e isso é fundamental, pelo estabelecimento de normas e de práticas de

conduta baseadas na cooperação, na equidade, na justiça, na honestidade e na generosidade humana. São atributos como esses, entre outros, não inscritos na constituição, que acabarão, ao fim e ao cabo, dando a estabilidade e a longevidade possível e necessária para a consolidação e preservação da Democracia.

A maior dificuldade para a criação de normas e de regras de convivência democrática, que não estão no texto constitucional, é o fato de que isso exige um esforço voluntário e coletivo das diferentes forças políticas democráticas. Faz-se necessário um pacto de confiança e de cooperação em nome de um objetivo maior, de um projeto comum de Democracia que busque o retorno a ela. Levitsky e Ziblitz (2018) chamam a atenção para o fato de que esse tipo de acordo normalmente acontece apenas depois que as lideranças comprometidas com a Democracia se deparam com os estragos causados pelo autoritarismo e percebem que se não conseguirem um mínimo de união em torno dos ideais democráticos a Democracia corre o risco de ser aniquilada. Superar a sectarização política é o maior desafio para as lideranças realmente democráticas e preocupadas com os destinos de seu país.

Outra questão importante a ser levada em conta é que, por ser a Democracia um projeto coletivo e cooperativo, ela não poderá ser realizada apenas pelas lideranças políticas por mais representativas que as mesmas sejam. A Democracia não se realizará apenas com a condução dos partidos políticos, ela exige a participação efetiva e afetiva dos cidadãos. Assim que não seria nenhum exagero dizermos que o destino da democracia está nas mãos de toda a comunidade. Se por um lado nenhuma liderança política isolada tem tanto poder para acabar com a Democracia a preservação da Democracia, também, carece de todos os cidadãos.

Sintetizando: para preservarmos a Democracia precisamos ir além do respeito e do cumprimento das leis democráticas e institucionais. Há que trabalhar no sentido de que as pessoas não percam a crença na Democracia como o melhor caminho a seguir. Essa esperança

numa sociedade democrática, via de regra começa a se perder quando o Estado não cumpre suas funções básicas como garantia do Estado de Direito; não combate com vigor a corrupção nos seus mais diferentes níveis; não corrige os abusos de poder; quando o sistema judiciário se mostra inoperante ou lento demais; quando a criminalidade e a violência se tornam uma rotina na vida dos cidadãos, enfim, quando a desigualdade social e a pobreza passam a não mais incomodar as instituições de Estado e mesmo as pessoas que conseguem, por privilégios, ficar ao abrigo dessa violência.

Mas como tornar uma realidade a longevidade da Democracia? Não esquecendo, em nenhum momento, de lembrar esses princípios em nossas relações íntimas na família, nos locais de trabalho, nos espaços de lazer, nos clubes que frequentamos, nas igrejas e, fundamentalmente, incorporando os princípios da Democracia nas salas de aula, nos livros e nos documentos educacionais.

Enfim, a educação pode ser um espaço privilegiado para a afirmação da longevidade da Democracia, bem como a melhor alternativa para a vida boa e para a construção de uma cultura de paz entre os povos. Entre todos os povos que desejarem viver e enamorarem-se pela Democracia.

Quanto aos partidos que se destacarão nessa eleição para presidente, com certeza, o Partido dos Trabalhadores, em segundo lugar o Partido Democrático Trabalhista e com alguma evidência talvez o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Tudo isso dependerá em muito do conjunto de alianças que se formarem nessas eleições.

Quanto ao partido pelo qual concorrerá à reeleição o atual presidente é temerário fazer qualquer previsão pois o presidente troca de

partido conforme as conveniências do momento político.

Qual o balanço do governo Bolsonaro?

VB — Primeiro é preciso ressaltar: se existe algo de que não se possa acusar o atual presidente, e seu governo, é de que ele está praticando fraude eleitoral em relação ao que propunha na sua campanha. Suas propostas de campanha estão sendo implementadas na medida em que consegue os apoios necessários nos demais poderes da república.

Talvez a única exceção seja no quesito do combate a corrupção que tanto propagava na campanha. Os fatos envolvendo alguns de seus ministros e até membros de seu clã familiar são uma demonstração cabal disso.

Dito isso, o governo tem se esmerado em colocar em prática suas propostas de caráter extremamente conservador e mostram, em muitos casos, um total desprezo pelas instituições democráticas, tanto do Estado, quanto da sociedade civil. Os exemplos são notórios.

Aliado a essa postura, o viés populista e, em muitos casos fascistas, tem sido uma marca desse governo. Importante ressaltar, também, que seus apoiadores(as) tem se mostrado, com algumas exceções, fiéis ao seu governo. Pelo menos até o momento. Isso pode ser constatado pelos índices de aprovação popular que se mantém num patamar ainda elevado. Apesar de todos os desmandos cometidos, particularmente no que diz respeito aos ataques a liberdade de imprensa, a forma desastrosa como o governo tratou a pandemia da COVID-19. Isso para citar apenas dois exemplos dramáticos.

Entrevistador: José Renato Ferraz da Silveira.

ENTREVISTA

Prof. Dr. Junior Ivan Bourscheid (Universidade Federal da Grande Dourados)



Sobre o entrevistado — Junior Ivan Bourscheid é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2020). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Professor Substituto do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Vice-líder do Grupo de Teoria, Arte e Política (GTAP). 2º Secretário do Centro de Integração Latino Americana (CILAM). Pesquisador Associado Profissional do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE).

ORCID: 0000-0002-9550-2032

Lattes: 4482332147987035

E-mail: junior_bourscheid@hotmail.com

Quais são os possíveis cenários políticos para a eleição no Brasil? Quais partidos políticos podem se destacar?

Junior Ivan Bourscheid — Primeiramente, é preciso destacar a marcada centralidade das candidaturas de Bolsonaro e Lula, que em todas as sondagens eleitorais feitas até o momento (início de setembro) posicionam-se muito à frente das demais candidaturas. Dois fatores contribuem para esse fenômeno: por um lado, o personalismo e a polarização Bolsonaro-Lula, acirrando os ânimos dos apoiadores e criando um ambiente de maniqueísmo que antagoniza as lideranças opostas; e, por outro lado, a fragmentação do espaço de terceira força política, inviabilizando a conformação da “terceira via” eleitoral. Nesse contexto, o eleitorado tem focado suas atenções na disputa Bolsonaro-Lula, considerando as duas candidaturas como as mais viáveis eleitoralmente, interferindo na concepção do “voto útil”, em que o eleitor vota em Bolsonaro pois seria o único capaz de derrotar Lula nas eleições, e vice-versa. Contudo, tais estratégias para o Executivo possuem algumas dificuldades para serem transferidas à dinâmica eleitoral do Legislativo. O personalismo e a polarização nas eleições legislativas têm a dificuldade da fragmentação de candidaturas, as alianças e coligações, onde a vinculação com as candidaturas do Executivo dificulta a transferência

dos votos de uma candidatura às outras. De tal modo, o cenário de fragmentação partidária dos representantes eleitos que marcou as eleições de 2018 parece tender a repetir-se, com a diferença de termos que observar até que ponto os partidos das duas principais lideranças políticas das eleições de 2022 (o Partido Liberal – PL de Bolsonaro e o Partido dos Trabalhadores – PT de Lula) possuirão êxito nas candidaturas legislativas, e nos executivos estaduais. Outro fator que não pode ser desconsiderado é a retórica antidemocrática impulsionada pelo atual governo. Desde as eleições de 2018 Bolsonaro tem denunciado a existência de fraude eleitoral nos pleitos de 2014 e 2018, sem apresentar, até o momento, qualquer prova para fundar as acusações ao processo eleitoral democrático brasileiro. Desde o início do ciclo eleitoral de 2022 Bolsonaro tem afirmado que qualquer resultado que não seja a sua reeleição será a conformação de nova fraude eleitoral. Podemos comparar os movimentos feitos pela candidatura de Bolsonaro com os feitos pelo ex-presidente estadunidense em sua campanha para a reeleição em 2020. A suspeição sobre a transparência, a integridade e a lisura do processo eleitoral representa uma ameaça real às democracias liberal-representativas, pois é a partir do voto que os cidadãos posicionam-se com igualdade política. A não aceitação do resultado, de antemão, significa uma ruptura com a aposta institucionalizada, pois o candidato (e seu eleitorado) não consideram a possibilidade de serem derrotados eleitoralmente, retirando uma característica fundamental do processo eleitoral democrático: a imprevisibilidade. O problema aqui reside nos efeitos que essa retórica pode ter na prática. Como observado no caso estadunidense, a retirada da aposta institucionalizada faz que esse eleitorado possa buscar alcançar seus objetivos por outros meios que não a institucionalidade

democrática, e isso representa uma ameaça à toda convivência democrática da sociedade. Há de se ter em conta esse último fenômeno, pois suas consequências, como visto no caso estadunidense, são perigosas não apenas para a institucionalidade, mas também para toda a vida social.

Qual o balanço do governo Bolsonaro?

JIB — Iniciando pelos temas econômicos, o governo Bolsonaro começava com resultados relativamente positivos em 2019, apontando para uma recuperação da recessão de 2015-2016, contudo, com a pandemia de COVID-19, os efeitos internacionais e a profunda dificuldade interna para reagir aos efeitos econômicos negativos (os demais efeitos serão analisados posteriormente) resultaram em uma profunda recessão em 2020, com uma queda de 4,6% do PIB e uma taxa de desemprego de 13,5% (dados da CEPAL). Em 2021 e 2022 ambos indicadores começam, aos poucos, a ser revertidos. Não obstante, a partir de 2021 outro fator começa a tornar-se central, a inflação, que volta a passar a marca dos dois dígitos, impulsionada principalmente pelos preços de combustíveis e alimentos, com efeitos pesando desproporcionalmente nos estratos de menor renda. Passando para outro tema que marcou o governo Bolsonaro, as políticas do governo sobre o meio ambiente foram combustíveis para inúmeras polêmicas ao longo do governo, seja pelo aumento dos focos de incêndio gerando preocupações internas e internacionais, primeiro com a Amazônia e posteriormente com o Pantanal, seja pela atuação do ministro Ricardo Sales. A temática ambiental representou um ponto de conflito do governo brasileiro com as posturas predominantes em parcela considerável dos demais atores internacionais, inclusive fomentando um entrave para a conformação do acordo MERCOSUL-União

Europeia. Outro ponto a ser examinado refere-se ao campo da política, com as relações entre poderes e relações político-partidárias. Ao longo de todo o governo o Executivo adotou uma postura de enfrentamento com os demais poderes nos momentos em que suas demandas e preferências não eram atendidas ou possuíam entraves dos demais poderes. As relações com o Judiciário foram as mais polêmicas e conflituosas, gerando embates entre o presidente e ministros do Supremo Tribunal Federal, dificultando a convivência democrática entre os poderes da institucionalidade democrática. Nas relações político-partidárias, Bolsonaro rompe com o partido pelo qual chegou ao poder (o Partido Social Liberal – PSL) e fica parte considerável do mandato sem partido. As promessas de acabar com a governabilidade baseada nas negociações com o “centrão” (bloco de partidos com tendências fisiológicas) foram esvaziando-se ao longo do mandato, chegando-se ao final com Bolsonaro reconhecendo que pertence ao “centrão”, buscando o apoio necessário para avançar suas demandas no Legislativo. Com relação aos valores e a polarização político-moral, outro ponto importante ao longo do governo Bolsonaro, o presidente passou o mandato posicionando-se como defensor dos valores cristãos e tradicionais em oposição à suposta degeneração moral da esquerda (onde o presidente e seus apoiadores inserem todos aqueles que se opõem ou se indispõem), contribuindo para acirrar os ânimos entre seus apoiadores e toda a oposição. Contudo, o tema que tomou a atenção de grande parte do mandato e influenciou em todas as demais foi a pandemia de COVID-19. A desarticulação entre governo federal e governos estaduais resultou na falta de um planejamento estratégico para responder aos desafios da pandemia, juntando-se com o papel

desarticulador do próprio presidente da república. Bolsonaro impulsionou a desinformação, questionou a validade do pensamento científico, questionou a vacinação e impulsionou tratamentos alternativos sem embasamento médico, demonstrou insensibilidade diante do avanço da pandemia, e desde o início minimizou seus efeitos. A perda de cerca de 684.000 vidas para a pandemia de COVID-19 (até o momento) é uma marca do governo que tem sido trazida à tona pelos seus opositores. Em suma, fazendo um balanço das promessas de campanha, observamos como Bolsonaro manteve suas promessas relacionadas aos valores, à defesa da liberação do armamento da cidadania e à política ambiental menos rígida. Já com relação às promessas de transformação do modo de fazer política, Bolsonaro tem se mostrado muito mais ineficiente. Na relação com o “centrão”, como já mencionado, não logrou a mudança. Na promessa de compor os ministérios de acordo com critérios técnicos, também não conseguiu cumprir a promessa e passou a utilizar os critérios políticos visando dar estabilidade ao governo. A promessa de mudar a perspectiva assistencialista das relações do governo com os estratos de menor renda também se mostrou descumprida, recorrendo aos auxílios econômicos como resposta às dificuldades econômicas geradas a partir da pandemia, bem como uma forma de impulsionar a candidatura de Bolsonaro à reeleição.

Podemos dizer que vivemos o retorno do ciclo de conquistas eleitorais de partidos de esquerda na América Latina?

JIB — Alguns resultados poderiam apontar para isso. As vitórias de Andrés Manuel López Obrador no México em 2018, Alberto Fernández na Argentina em 2019, de Luis Arce na Bolívia em 2020, de Gabriel Boric no Chile em 2021, de

Xiomara Castro em Honduras em 2021 e de Gustavo Petro na Colômbia em 2022 mostram o êxito eleitoral dos partidos mais à esquerda do espectro político. Contudo, as vitórias de Mario Abdo Benítez no Paraguai em 2018, Jair Bolsonaro no Brasil em 2018, Luis Alberto Lacalle Pou no Uruguai em 2019, Nayib Bukele em El Salvador em 2019 e Guillermo Lasso no Equador em 2021 mostram que os partidos mais à direita no espectro político também conseguem manter certo êxito eleitoral na América Latina. Me parece muito mais que os resultados respondem a um referendo dos resultados governamentais às questões fundamentais para cada país. As crises dos governos de direita da Argentina (endividamento externo e inflação), Chile (sistemas de previdência e educativo) e Colômbia (inflação e desemprego), por exemplo, levaram à eleição dos presidentes de esquerda, ao passo que as crises dos governos de esquerda levaram ao oposto. A diferença do momento atual em relação à “onda rosa” dos anos 2000 é a articulação dos governos, que nos anos 2000 levou à conformação de arranjos institucionais de cooperação e parceria entre os governos de esquerda, ao passo que nos últimos anos essa articulação se dá muito mais no âmbito retórico do que na prática. O desafio para os governos latino-americanos mais à esquerda é justamente responder às demandas que permitiram o seu êxito eleitoral, pois ao não o fazer correm o risco de dar espaço novamente aos governos mais à direita.

É possível apontar quais serão os principais temas de agenda da campanha presidencial ?

JIB — Examinando as atenções do eleitorado e das candidaturas até o momento, segundo as principais pesquisas de opinião e a cobertura midiática e a propaganda eleitoral, é possível apontar as linhas gerais dos principais temas que

têm centrado o debate. As candidaturas de oposição têm focado nas temáticas econômicas, especialmente a inflação, apontando para o governo Bolsonaro como propulsor dos efeitos negativos da inflação para os estratos de menor renda. Bolsonaro, por sua parte, responde sinalizando para a importância de manter seus programas de estímulo ao consumo e de compensação às perdas de renda com a inflação (como o Auxílio Brasil, o vale gás e o auxílio de combustível aos caminhoneiros e outros transportadores). O retorno dos índices de pobreza e fome, especialmente pós-pandemia, também é um tema que chama a atenção, de modo especial na candidatura de Lula, que apega-se à memória positiva dos resultados de seus governos no combate à fome e na redução da pobreza. Ciro Gomes é outro candidato que apega-se aos problemas da fome e pobreza para criticar o governo Bolsonaro, bem como os de Lula, afirmando que o PT não conseguiu manter os resultados, posicionando-se como o candidato que de fato poderia contribuir para superar essas problemáticas. Outro tema recorrente nas campanhas eleitorais, e que direciona parte do debate entre as candidaturas, são os impostos e o gasto público. Enquanto algumas candidaturas focam suas atenções nesses temas, como a de Soraya Thronicke com a proposta do imposto único federal ou a de Luiz Felipe D’Avila advogando pela privatização das empresas e serviços públicos visando a restringir ao mínimo o gasto público, as demais candidaturas apontem genericamente para a necessidade de uma reforma tributária, e as duas principais candidaturas opositoras (Lula e Ciro) mencionam a necessidade de taxação das grandes fortunas, de lucros e dividendos, gerando uma tensão com a elite econômico-financeira nacional. Um tema que parecia ser central para as eleições de 2022 é a

pandemia de COVID-19 e seus efeitos para a saúde pública brasileira. Os efeitos de mais de 684.000 mortes pela enfermidade, o colapso do sistema de saúde em algumas regiões (cabendo lembrar o triste caso do Amazonas), a absoluta desarticulação entre os tomadores de decisão gerando polêmicas entre governos nacional, estaduais e municipais, o atraso no processo de vacinação da população, a desinformação e o questionamento dos especialistas em saúde pública, todos esses elementos permitem e fomentam o debate público sobre a gestão da pandemia e suas consequências para a população. Contudo, até o momento esse tema não tem sido posicionado como central pelas candidaturas, consistindo em um espaço de oportunidade para a oposição criticar a gestão Bolsonaro em sua forma de lidar com a pandemia. A educação pública, por sua parte, novamente é um tema apresentado por todas as candidaturas, como uma aposta futura para transformar a realidade brasileira, mas sem a apresentação bem estabelecida de um planejamento estratégico para aumentar a qualidade e valorizar os profissionais da educação. Enquanto a campanha de Bolsonaro segue focando na relação entre a educação e a promoção dos valores cristãos tradicionais, posicionando o governo como um baluarte na luta ao viés ideológico esquerdista na educação, as demais campanhas, especialmente a de Lula, criticam o corte de verbas públicas para financiar a educação de nível federal, e o auxílio à educação básica. O meio ambiente e as relações com o agronegócio também constituem-se em temas que chamam parte das atenções, onde todos os candidatos reconhecem a importância estratégica do setor primário da economia, mas a oposição critica o governo na relação que isso tem tido com a proteção ambiental, notadamente apontando para os casos da Amazônia e do Pantanal. Também

cabe mencionar o debate sobre a corrupção e o papel da justiça, o ativismo do judiciário, onde principalmente as campanhas de Bolsonaro e Lula alavancam a polarização sobre esses temas, considerando que cada um fora perseguido pelo poder judiciário. Lula e Bolsonaro, inclusive, são posicionados pelas demais candidaturas como representantes da corrupção na política brasileira. Isso leva à apresentação dos últimos temas que podemos elencar nessa lista dos principais temas que dominam o debate público (até agora) neste ciclo eleitoral: a relação entre poderes e defesa da democracia e a polarização política, com a busca por uma terceira via. Na relação de poderes e defesa da democracia, Bolsonaro mantém sua retórica beligerante e desafiadora dos freios e contrapesos do sistema republicano, ao passo que seus opositores apontam para o caráter eminentemente antidemocrático das ações e discursos do presidente e candidato diante do contraditório ou daqueles que lhe dificultam a realização de suas demandas. Isso contribui para aprofundar a polarização maniqueísta entre bolsonaristas e lulistas, onde a dinâmica de posicionamento moral faz parte das relações entre os opostos, cada qual considerando-se moralmente superior. A busca pela terceira via tem parecido muito mais o interesse de alguns grupos políticos e midiáticos do que um espaço promissor no eleitorado. Ainda que as rejeições de Bolsonaro e Lula sejam grandes, são esses dois candidatos que concentram a maioria absoluta das intenções de voto nas sondagens eleitorais feitas até o momento.

Podemos comparar o fenômeno do *antipetismo* - um dos fatores – que culminou na vitória de Jair Messias Bolsonaro ao presente *antibolsonarismo* que poderá levar Luís Inácio Lula da Silva ao Palácio do Planalto?

JIB — Nas eleições de 2018 observou-se mais um fenômeno de antipolítica tradicional, onde obviamente o PT era colocado como o principal responsável, mas que resultou na eleição de vários candidatos com o discurso *outsider* e contra a forma de fazer política predominante, por um lado, e resultou em retrocessos eleitorais para vários partidos mais estabelecidos para além do PT (o próprio PSDB que rivalizava com o PT neste modelo, ou o MDB, que compunha governo com o PT até o rompimento em 2016 que resultou no *impeachment* de Dilma Rousseff). Agora, nas eleições de 2022, a rejeição à Bolsonaro parece representar uma rejeição do seu modo de fazer política, com retórica agressiva, antidemocrática, e que descumpriu parcela considerável das promessas de campanha no concernente às mudanças políticas (como o “loteamento” de cargos ao “centrão”, afastando-se do critério técnico advogado ao longo da campanha). De tal modo, podemos sumarizar a diferenciação das duas eleições da seguinte forma: 2018 o antipetismo foi uma faceta de um quadro maior de antipolítica, enquanto em 2022 o *antibolsonarismo* pode ser posicionado neste sentido literal, uma oposição ao modo de fazer política especificamente vinculado com o governo de Bolsonaro. Ademais, o *antipetismo* traz consigo duas consequências observáveis, uma determinada forma de ressentimento de classe em relação aos estratos de menor renda beneficiados com as políticas públicas prioritárias dos governos petistas, e um ressentimento moral-religioso, onde grupos apoiadores do atual presidente consideram -se perseguidos por sua crença religiosa e por seus

valores, perseguidos por governos com tendências esquerdistas que buscam a desintegração social para que se mantenham no poder. Então, o antipetismo representou um caldo de cultivo para a antipolítica em um momento de recessão econômica e de crise de representatividade pelos escândalos de corrupção, um momento especialmente diferente do momento atual, onde a discussão econômica para voltar-se novamente à distribuição (pelos efeitos desproporcionais da inflação) e onde o argumento moral da corrupção para estar se esfacelando, seja pelas denúncias aos membros do governo e da família do presidente, seja pela polêmica gerada pelas questões do chamado “orçamento secreto” que surgiram justamente ao longo do atual governo.

Entrevistador: José Renato Ferraz da Silveira.

ENTREVISTA

Prof. Dr. Cláudio Gonçalves Couto (Fundação Getúlio Vargas EAESP)

Sobre o entrevistado — Cláudio Gonçalves Couto é cientista político, com mestrado e doutorado pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor adjunto do Departamento de Gestão Pública da FGV EAESP, onde coordena o Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas (MPGPP). É docente desse mestrado profissional, bem como da graduação em Administração Pública e da pós-graduação acadêmica (mestrado e doutorado) em Administração Pública e Governo. Ainda na FGV é pesquisador do Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESP). Foi secretário adjunto e, depois, secretário executivo da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais). É bolsista de produtividade do CNPq (nível 1C) e edita o canal do Youtube e Podcast #ForadaPolíticaNãoháSalvação.

Quais são os possíveis cenários políticos para a eleição no Brasil? Quais partidos políticos podem se destacar?

Cláudio Gonçalves Couto — Creio que temos uma eleição em que a bipolarização entre Lula e Bolsonaro se impõe e dificilmente será alterada por acontecimentos normais de campanha. Apenas um fato extraordinário poderá mudar isso, tendo em vista a manifestação dos eleitores desses dois candidatos de não estarem propensos a mudar seus votos - como mostram diversas pesquisas. Assim, a questão passa a ser o quanto a votação irá se concentrar em ambos. A depender do grau de concentração, que depende também

da erosão dos demais candidatos, há uma chance considerável de essas eleições serem finalizadas ainda no primeiro turno.

Qual o balanço do governo Bolsonaro?

CGC — Foi um governo desastroso sob todos os aspectos. Desmontaram-se diversos âmbitos da administração pública, foram desorganizadas políticas públicas que levaram anos para ser estruturadas, envenenou-se o ambiente político e se produziu uma crise institucional sem precedentes no funcionamento e na relação dos três poderes. Instituições cuja autonomia funcional e operacional seria primordial, como a Polícia Federal e a Procuradoria Geral da República, foram capturadas. E ainda, como se não bastasse, tivemos a perda evitável de centenas de milhares de vidas humanas em função da gestão caótica e sabotadora da pandemia, assim como danos ambientais de grande magnitude e provavelmente irreversíveis. O Brasil se tornou um pária internacional e perdeu influência nos principais debates globais, em particular aqueles em que se destacava, como o relacionado à questão ambiental. Foram anos de destruição que exigirão muito mais anos para reconstruir tudo.

Podemos dizer que vivemos o retorno do ciclo de conquistas eleitorais de partidos de esquerda na América Latina?

CGC — É o que parece se olhamos o cenário imediato, com as eleições na Bolívia, no Chile, na Colômbia e, muito provavelmente, no Brasil. Na Argentina, pelo fracasso do governo *kirchnerista*, é provável que a direita volte ao poder. No Uruguai uma direita moderada venceu as últimas eleições; agora é questão de saber se terá condições de se manter pelo próximo quadriênio. No México há também um governo de esquerda muito forte, embora com algumas práticas populistas questionáveis. Outros casos de governos de esquerda, como Venezuela, Nicarágua e Cuba têm que ser considerados à parte, pois se trata de regimes autoritários.

É possível apontar quais serão os principais temas de agenda da campanha presidencial?

CGC — Creio que o principal tema para a maior parte do eleitorado tem sido a questão da pobreza, que aumentou muito de 2015 para cá. Também a desigualdade aumentou sobremaneira. E o atual governo nada fez para lidar com isso, exceto as medidas eleitoreiras de última hora. Também a questão feminina ganhou proeminência, principalmente por conta do comportamento presidencial. Por fim, mas de modo algum menos importante, creio que esta é uma eleição em que está em jogo a própria democracia, já que Bolsonaro é um autoritário que trabalha diuturnamente para produzir uma ruptura institucional e sepultar o Estado Democrático de Direito. Felizmente, a sociedade civil e a própria classe política, em boa medida, têm reagido a isso.

Podemos comparar o fenômeno do *antipetismo* - um dos fatores – que culminou na vitória de Jair Messias Bolsonaro ao presente *antibolsonarismo* que poderá levar Luís Inácio Lula da Silva ao Palácio do Planalto?

CGC — Certamente é possível comparar, pois ambos produzem decisões eleitorais fortes e de difícil reversão no curto prazo. Isso resultou na grande derrota eleitoral do PT nas eleições municipais de 2016, quando perdeu 60% de seus prefeitos e vereadores. Foi também fundamental para a inviabilização da candidatura de Lula e a derrota de Haddad em 2018. Contudo, esse antipetismo refluíu, em parte pela revelação para o grande público das atrocidades jurídicas cometidas pela Lava Jato, em parte por conta do desastre do governo Bolsonaro - que também gerou o *antibolsonarismo*. Não é de se estranhar que o *antibolsonarismo* seja o principal fator a definir esta eleição.

Entrevistador: José Renato Ferraz da Silveira.

ELEIÇÕES BRASILEIRAS

2022 EDIÇÃO
ESPECIAL

Reginaldo Teixeira Perez¹

Mateus Tuzzin de Oliveira²

Gabriel S. Vaccari³

Luis Guilherme Barbosa⁴

ARTIGO

COMENTÁRIOS SOBRE A DÍADE 'VOTO IDEOLÓGICO'/'VOTO ECONÔMICO' NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022 NO BRASIL

COMMENTS ABOUT THE DYAD 'IDEOLOGICAL VOTE'/'ECONOMIC
VOTE' IN THE 2022 PRESIDENTIAL ELECTIONS IN BRAZIL

RESUMO:

Este artigo, com assumido veio exploratório, tem como objeto a motivação ao voto nas eleições presidenciais brasileiras em 2022. Orientado pela hipótese de que a democracia competitiva brasileira já se encontra devidamente rotinizada (ou em vias de rotinização), lança-se o questionamento se o elemento prevaiente ao ato de votar do atual e amplo eleitorado brasileiro (cerca de 156 milhões de pessoas habilitadas) responde antes a fatores econômicos, como o cálculo da simples relação custo/benefício, ou a questões de cunho sociológico, como a submissão a valores/ideologia. Com as prudências que a responsabilidade acadêmica requer e tendo por fundamento dados da realidade apresentados por pesquisas recentes, projetar-se-ão cenários respeitantes àquelas formulações, mas sem prejuízo a interpretações conciliatórias.

Palavras-chave: Motivações ao voto; Rotinização democrática; Eleições presidenciais de 2022 no Brasil.

ABSTRACT:

This paper has an admittedly exploratory approach, and its object is the motivation to vote in the Brazilian presidential elections in 2022. Guided by the hypothesis that Brazilian competitive democracy is already properly routinized (or in the process of routinization), the arising question is whether the prevailing element to the act of voting of the current and broad Brazilian electorate (about 156 million qualified people) responds rather to economic factors, such as the assessment of the simple cost/benefit ratio, or sociological issues, such as submission to values/ideology. We will project scenarios related to those formulations without prejudice to conciliatory interpretations, with the cautions that academic responsibility requires, and based on real-world data presented by recent research.

Keywords: Motivations to vote; Democratic routinization; 2022 presidential elections in Brazil.

INTRODUÇÃO

Por que os eleitores escolhem um candidato em detrimento de outro? Essa foi a pergunta que mobilizou boa parte dos cientistas políticos durante o século XX. Com a consolidação da Ciência Política como disciplina universitária, o comportamento político passou a ser um dos temas mais discutidos pelo *mainstream* da área. As páginas que seguem

representam uma tentativa de interpretar, sem a pretensão de apresentar conclusões definitivas, o cenário político brasileiro atual à luz desse debate.

Em 2022, 33 anos separam a atual democracia brasileira de sua primeira eleição livre para a Presidência da República, ocorrida em 1989. Exceto a eleição indireta do ex-presidente José Sarney (1985-1990), somam-se oito pleitos em sequência ao cargo máximo do Poder Executivo.

¹ Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais/CCSH e do PPGCS da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

² Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

³ Professor de Filosofia e Sociologia da Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA) e do Instituto Federal Farroupilha-Campus São Vicente do Sul.

⁴ Doutorando em ciências sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Não obstante a rotinização eleitoral, o contexto da atual eleição tem características únicas: a corrida para o cargo de presidente da República acontece durante a pandemia da Covid-19, que tragicamente ceifou mais de 669 mil vidas no Brasil até o momento; também, é a primeira vez que um ex-presidente, eleito democraticamente, retorna para competir pelo mesmo cargo; além disso, o descompasso, e muitas vezes atrito, entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário traduz um ambiente político volátil – melhor dizendo, muito volátil.

Portanto, qualquer tentativa de interpretação do cenário atual exige comedimento. Dentro dos limites do texto que segue, tentar-se-á analisar as possíveis características do voto para presidente da República em 2022. Destaca-se que o texto foi produzido em momento anterior ao pleito. Assim, serão apontadas apenas tendências e possibilidades políticas em relação à orientação do voto. Sem abandonar o rigor científico, serão realizadas projeções de cenários que não almejam exaurir o objeto, mas, antes, apresentar uma interpretação do contexto baseada em (pequena) parte da literatura que a Ciência Política dispõe sobre o assunto.

Nos itens seguintes, apresentam-se: 1) um resumo do embate entre a teoria da escolha racional, que define o ‘voto econômico’, e a perspectiva sociológica do voto caracterizada pelo ‘voto ideológico’; 2) uma apreciação do cenário político brasileiro atual a partir de dados estatísticos que traduzem tendência ao voto para presidente da República; e, por fim, 3) uma interpretação desse cenário a partir da teoria política desfilada.

BASES TEÓRICAS DA MOTIVAÇÃO AO VOTO

Ao se olhar a produção acadêmica sobre comportamento eleitoral hoje – com destaque às motivações ao voto –, podem ser observadas duas tendências majoritárias: 1) a teoria da escolha

racional; 2) a perspectiva sociológica do voto (CASTRO, 1992). Ambas foram interpretadas como excludentes e, ao longo dos seus respectivos desenvolvimentos, endereçaram suas atenções a polos distintos do fenômeno político: a teoria da escolha racional pretende averiguar o voto racional-econômico de indivíduos que escolhem em quem votar a partir de um cálculo objetivo entre custos e recompensas; de outra parte, a perspectiva sociológica do voto busca identificar nos fatores sociais (estruturas, classe, etnia, religião etc.) como são formadas as preferências que determinariam a adesão (ou não) a uma candidatura.

Durante a segunda metade do século XX, a Ciência Política buscou se consolidar como campo de estudos autônomo e, para isso, se afastou das demais Ciências Sociais. Em especial, se afastou da Sociologia e se aproximou da Economia. Esse movimento trouxe consequências importantes para a elaboração dos instrumentos de análise da Ciência Política contemporânea. Sobretudo, observa-se a tentativa de adoção de critérios científicos típicos das chamadas “ciências duras”. Isso acarretou o emprego de uma linguagem pretensamente mais objetiva e matematizada/quantificável, transparecendo uma confiança no poder da análise formal em detrimento da interpretação histórico-sociológica. Nesse processo, ocorreu um encapsulamento da Ciência Política no intuito de desenvolver a si mesma, na medida em que cancelava a comunicação com outras ciências da sociedade (LESSA, 2011).

Um momento importante para essa transformação foi o lançamento da obra *Uma Teoria Econômica da Democracia*, em 1957, do economista estadunidense Anthony Downs. Nessa obra, empregam-se algumas das bases da teoria da escolha racional para o exame das motivações ao voto. Tal proposta afirmava, como já comentado, que os indivíduos seriam possuidores de “razões políticas” distintas. Essas seriam responsáveis por estabelecer cálculos eleitorais singulares, envolvendo custos e recompensas de votar em um ou em outro candidato a partir do ponto de vista do eleitor individual. Assim sendo,

“fatores de tipo micro”, aspectos utilitários e, sobretudo econômicos, se sobressairiam em relação à dimensão contextual da disputa eleitoral (CASTRO, 1992). Em um entendimento mimético entre mercado e política, os indivíduos políticos retratados se comportariam de maneira econômica, ou seja, buscariam sempre aumentar ganhos e diminuir custos.

Dessa forma, a teoria da escolha racional apresentaria ferramentas para a análise e previsão dos comportamentos eleitorais. A partir da hipótese do voto econômico/autointeressado, pode-se classificar as escolhas entre consistentes ou inconsistentes. O voto consistente seria aquele alinhado com o interesse econômico do eleitor. O voto chamado de inconsistente seria justamente o contrário: o voto que está desalinhado com esse interesse econômico do votante. Seria também uma ferramenta de previsão, porque o modelo estabelecido permite que o pesquisador trace cenários possíveis, baseados em hipóteses de expectativas racionais, dentro dos próprios termos da teoria. Nesse cenário, a economia, mais do que os aspectos ético-políticos, seria a variável definidora do voto.

A partir dessa perspectiva, pode-se compreender a busca pelo chamado “eleitor mediano”. Ou seja, em disputas eleitorais rotinizadas, em condições de normalidade institucional político-partidária, mostra-se racional que partidos e candidatos busquem moderar suas posições para não agravar os custos da escolha do voto econômico dos seus potenciais eleitores. Em resposta, isso levaria tais eleitores – ou seja, a grande maioria posicionada no largo espectro central do continuum ‘esquerda-direita’ – a descartar candidatos extremistas em benefício de candidatos moderados (CASTRO, 1992; SNIDERMAN, LEVENDUSKY, 2007). Um exemplo de eleição presidencial passível de ser analisada sob esse prisma foi a ocorrida em 1994 no Brasil, que conduziu o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ao poder em 1º de janeiro de 1995, na esteira da estabilização monetária do Plano Real.

Por outro lado, contamos com a perspectiva sociológica a ressaltar outros fatores

além do cálculo econômico do voto. Conforme essa abordagem, “tudo leva a crer que, para explicar a direção do voto, não há como excluir variáveis de tipo social, cultural e psicológico” (CASTRO, 1992, p. 10). A partir disso, compreende-se que o ato de votar não separa o eleitor de outros elementos sociais relevantes. Fatores psicológicos, sociológicos e culturais moldariam as preferências dos indivíduos em um processo de longa duração. Tais preferências seriam absorvidas pelos indivíduos, não sem alguma resistência em certos casos, a partir dos processos de socialização e convívio social. Em outras palavras:

A perspectiva original é macro: a ideia é de que os fatores histórico-estruturais e culturais globais conformam as características sociais, econômicas e políticas de uma sociedade, gerando determinadas clivagens sociais que se expressam através de partidos específicos, com os quais setores do eleitorado se identificam. A participação política dos indivíduos pode ser explicada pelo ambiente socioeconômico e cultural em que vivem e pela inserção em determinados grupos sociais ou categorias demográficas.

Em função das influências que recebe nas interações dentro dos diversos grupos de que participa, o eleitor é levado a votar, ou não, em uma ou outra direção, enfim, é levado a escolher um determinado curso de ação (CASTRO, 1992, p. 12).

Assim sendo, a motivação ao voto resultaria menos de um cálculo econômico e mais de uma manifestação de preferência com destaque para aspectos ético-políticos. O que estaria em jogo não seria uma escolha calculada, mas sim uma adesão a determinada candidatura. Nesse sentido, aspectos ideológicos encontram espaço para a formação das preferências políticas na perspectiva sociológica do voto. Com efeito, o termo “ideologia” merece atenção. A partir da teoria da escolha racional, a ideologia seria um mecanismo de barateamento do voto. Do ponto de vista do player político, o voto ideológico diminuiria o esforço do convencimento por atalhar parte do cálculo econômico feito pelo eleitor. Na perspectiva sociológica do voto, a ideologia seria uma manifestação geral das preferências políticas

compartilhadas sobre temas em debate. Assim sendo, o ato de votar não seria entendido restritamente como uma escolha eleitoral metrificada, mas como uma tomada de posição social. Citam-se as eleições de 2018 como um exemplo no qual o voto ideológico teria prevalecido.

Apesar desses dois entendimentos majoritários sobre o comportamento eleitoral, uma terceira perspectiva merece destaque. Ela se fundamenta no questionamento dos limites de ambas as teorias dispostas até agora e propõe um passo adiante. A teoria da escolha racional pressupõe indivíduos hiper-rationais, autointeressados e bem-informados. Ignorando a disputa que circunscreve o conceito de racionalidade, destaca-se que a informação é um valor crucial para o cálculo racional. Por isso, qualquer comprometimento desta colocaria em xeque os pressupostos downsianos. Assim sendo, em um ambiente eleitoral plausível, onde há falta de informação ou mesmo a operação maquiavélica do inganno (ADVERSE, 2009), todo cálculo se torna apenas pretensamente racional. Por outro lado, a perspectiva sociológica do voto, no limite, assume a política como expressão única de fatores socioculturais, sem levar em conta as instituições e a dinâmica própria da política.

Os dados a respeito do processo eleitoral em diversos países, incluindo o Brasil, sugerem que, sem alguma forma de articulação entre variáveis de tipo macro e variáveis que dizem respeito às características individuais dos eleitores, não é possível sustentar uma teoria suficientemente ampla e complexa do fenômeno eleitoral. Neste sentido, somente uma articulação entre sujeito da ação e estrutura seria capaz de dar conta do comportamento dos eleitores (CASTRO, 1992, p. 17).

Cálculo racional-econômico e adesão a preferências socialmente construídas de caráter ético-político, conjuntamente, formariam a resposta da pergunta que abre o presente trabalho: “Por que os eleitores escolhem um candidato em detrimento de outro?”. Ou seja, instituições políticas e fatores socioculturais importam, já que existiriam fatores “internos” e

“externos” que influenciam as escolhas. O eleitor não escolhe livremente, mas, antes, escolhe a partir de um “menu” de escolhas institucional e socialmente pré-estabelecido: uma plethora de condições de escolha constringe o cálculo da adesão (SNIDERMAN; LEVENDUSKY, 2007).

Nas páginas que seguem, tentar-se-á discutir o cenário das eleições de 2022 à luz dessas teorias do comportamento político. Ao fim e ao cabo, será elaborada uma interpretação sobre as tendências do voto para o cargo de presidente da República, hoje em disputa pelas duas candidaturas mais destacadas: Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Messias Bolsonaro (PL). Aventa-se a hipótese de que, para compreender o objeto descrito, nem a teoria da escolha racional, nem a perspectiva sociológica do voto seriam suficientes se tomadas isoladamente. Conforme exposto, por conta de aspectos políticos, sociais e econômicos da atual disputa, a adesão à candidatura que lidera até o momento o pleito (Luiz Inácio Lula da Silva) só se torna inteligível através de um entendimento que conjugue as duas teorias majoritárias da Ciência Política.

O VOTO ENTRE O INTERESSE E O VALOR: DADOS PRÉVIOS ÀS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022

Expostas as duas principais perspectivas teóricas a respeito das motivações ao voto, agora serão levantados e analisados dados empíricos relativos à situação socioeconômica atual da população brasileira e ao modo como tal situação material, combinada a fatores valorativos e ideológicos, está se refletindo nas percepções e preferências do eleitorado, conformando o quadro de disputa presidencial. Os dados selecionados são os mais atuais disponíveis no momento da redação deste paper: julho de 2022. Além disso, como os dados apontam e a esmagadora maioria dos analistas concorda, a disputa tende a ser bipolarizada entre o atual presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ex-presidente Lula da Silva (PT). Por isso, a análise que segue se concentra

especificamente nas motivações de interesses e valores em torno dessas duas candidaturas.

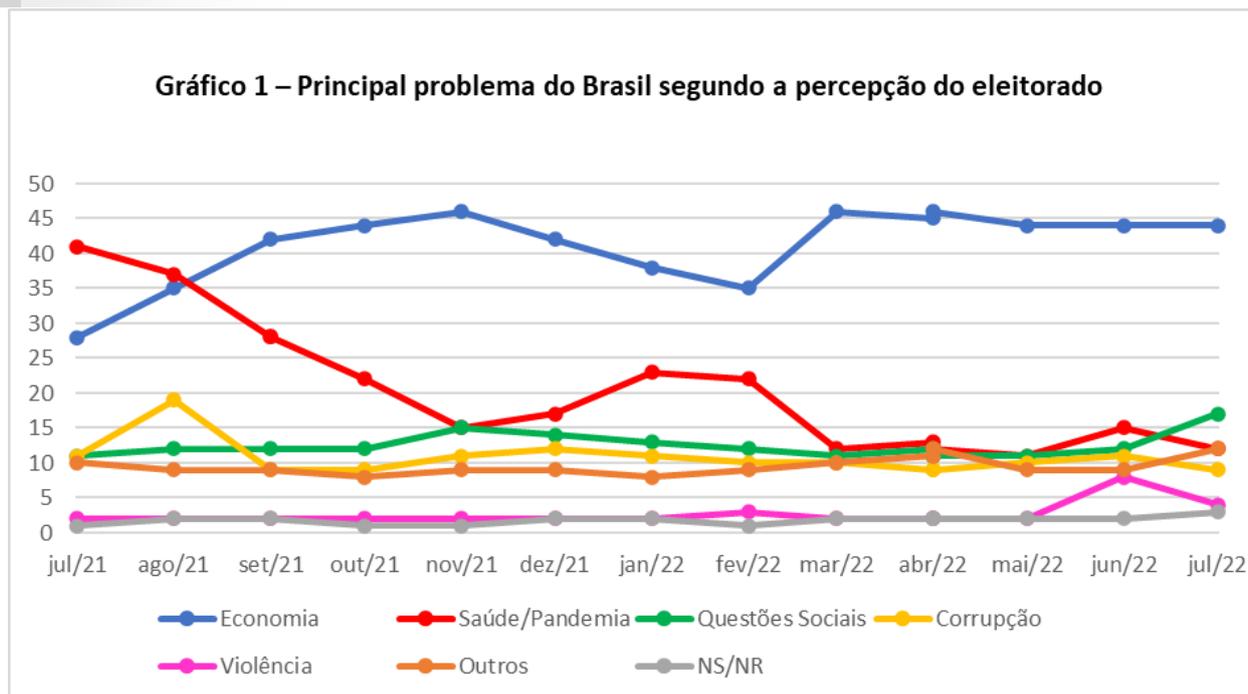
Desde meados de 2015, a economia brasileira experimenta grande turbulência. Não cabe aqui discutir as razões técnicas e as responsabilidades políticas por essa “nova década perdida”, mas o fato é que, a partir do segundo mandato de Dilma Rousseff, passando pelo governo Michel Temer e chegando ao de Jair Bolsonaro, os indicadores macroeconômicos são negativos, com grandes dificuldades de recuperação. Os efeitos de choques externos recentes, como a pandemia de Covid-19 (e as medidas sanitárias necessárias para contê-la) e o conflito entre Rússia e Ucrânia no Leste Europeu, somados à profunda turbulência política vivida pelo país, reforçaram ainda mais a precariedade do quadro econômico.

Em termos de crescimento do PIB, após retração de -4,1% em 2020, a economia cresceu 4,6% em 2021, puxada pela reabertura das atividades econômicas após o período mais crítico da pandemia e pela valorização do preço internacional das commodities primárias, as quais têm grande impacto sobre o Brasil, já que o país depende muito da exportação desses produtos (CASTRO; BORGES, 2022). No agregado dos dois anos, crescimento de 0,5%, sinônimo de estagnação. Atualmente, segundo o relatório FOCUS do Banco Central (BC), as projeções do mercado para o PIB de 2022 variam em torno de +1,51% e 1,59% (FRISCH, 2022). Taxas muito tímidas, incapazes de repor perdas do período anterior, e contrabalançadas por outras variáveis macroeconômicas muito negativas. Na questão cambial, apesar de alguma recuperação em 2022, o real acumulou grande desvalorização frente ao dólar desde o início da pandemia (ANDRADE; FERRARI, 2022). A inflação, variável com grande efeito sobre a sensação de bem-estar da população, tem apresentado forte elevação desde 2020, ficando acima do teto da meta estipulada pelo BC. Março de 2022, por exemplo, registrou a maior inflação acumulada para o mês desde o início do Plano Real, em 1994 (ROUBICEK, 2022). Produtos da cesta básica, aluguéis, combustíveis e

energia vêm apresentando forte elevação de preços, corroendo o poder real de compra da população. Para combater a desvalorização monetária, o BC tem aumentado continuamente a taxa básica de juros (Selic), que se encontrava em 2% ao ano em março de 2021, e agora, em julho de 2022, está em 13,25%, acarretando os efeitos recessivos sobre a economia que o encarecimento do crédito gera. A taxa de desemprego, embora venha experimentando alguma queda, em maio deste ano estava em 9,8%, patamar ainda muito elevado, e acrescido de 3,7% de desalentados – os que não conseguem nem mais procurar emprego (AGÊNCIA BRASIL, 2022).

A conjunção desses índices econômicos gera uma crise social muito aguda no país. Mesmo com a recente recuperação relativa no emprego, a renda do trabalho, em março de 2022, era 8% menor comparativamente ao último trimestre de 2019, e se encontra no menor patamar desde 2012 (PORTELA, 2022). Os índices de miséria e extrema-pobreza também avançaram significativamente. De acordo com o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil”, publicado em junho deste ano, quatro em cada dez famílias brasileiras passam fome: 33 milhões de pessoas – 14 milhões a mais em comparação ao primeiro Inquérito, realizado em 2020. É o pior cenário de insegurança alimentar registrado no Brasil no século XXI (POMAR, 2022).

A situação econômica e social tem se refletido fortemente na percepção da população e, por consequência, na formação das preferências do eleitorado. Segundo dados da pesquisa presencial Quaest/Genial, realizada entre 2 e 5 de junho de 2022, 56% dos entrevistados reconheciam que a situação econômica “influencia muito” no seu voto. No mesmo levantamento, 63% dos entrevistados consideravam que houve piora na situação econômica do país nos 12 meses anteriores, 21% avaliaram que a situação estava “do mesmo jeito” e apenas 15% pensavam que a economia havia melhorado (CNN Brasil, 2022). No levantamento de julho, o mesmo instituto mostrou que a economia é, de longe, o principal problema do país na



Fonte: Instituto Quaest/Genial. Pesquisa presencial realizada entre 29/06 e 02/07, com 2.000 entrevistados

percepção dos eleitores, como se pode ver na série histórica:

Na mesma pesquisa, ao cruzar os dados da percepção do eleitorado a respeito dos maiores problemas do país com as intenções de voto para a presidência, o instituto evidencia que a economia e a situação social são os fatores decisivos para entender por que, atualmente, o ex-presidente Lula da Silva (PT) lidera as pesquisas de intenção de voto: quem considera a questão material prioritária,

Gráfico 2 – Cruzamento entre percepção do eleitorado sobre o principal problema do país e intenções de voto nos candidatos

	Economia	Saúde	Corrupção	Social	Violência	Outros
Lula	49	39	23	60	38	33
Bolsonaro	25	40	53	16	37	43
Ciro Gomes	7	5	4	7	4	5
André Janones	3	3	2	3	1	
Simone Tebet	2	1	3	1	3	2
Vera Lúcia	0	1		1		
Pablo Marçal	1		1			2
Eymael	0	0	1			
Sofia Manzano				0	1	
Felipe Dávila	1	0				0
Luciano Bivar	0					0
Leonardo Pércides						1
Indecisos	6	5	6	4	7	6
Branco/Nulo/ não vai votar	6	5	9	7	8	9

Fonte: Instituto Quaest/Genial. Pesquisa presencial realizada entre 29/06 e 02/07, com 2.000 entrevistados.

apresenta intenção de votar no líder da oposição. A intenção de voto do presidente Jair Bolsonaro, por sua vez, sustenta-se, sobretudo, em um viés mais valorativo/moral, no discurso anticorrupção.

O mal-estar socioeconômico parece sustentar a grande vantagem que Lula da Silva apresenta nas preferências do eleitorado de baixa renda. Na pesquisa Datafolha do último mês de junho, entre o eleitorado com renda mensal de até dois salários mínimos (52% da população), Lula da Silva tem 56% das intenções de voto contra 22% de Jair Bolsonaro, diferença idêntica à verificada no estrato de escolaridade, entre os que têm apenas ensino fundamental. Entre os desempregados, o Datafolha registrou 62% de intenções de voto em Lula da Silva e 18% no atual mandatário. No segmento com renda mensal entre dois e cinco salários mínimos, Lula da Silva marca 39% contra 35% do presidente, configurando empate técnico. Jair Bolsonaro se sai melhor nos estratos de melhor renda: entre quem ganha de cinco a dez salários, marca 44% contra 29% de Lula da Silva, e entre quem ganha acima de dez salários, Bolsonaro vence Lula da Silva por 47% a 29% (DATAFOLHA, 2022). Em síntese: quanto menor a renda, maior a vantagem de Lula da Silva; quanto maior a renda, melhor é o desempenho de Jair Bolsonaro.

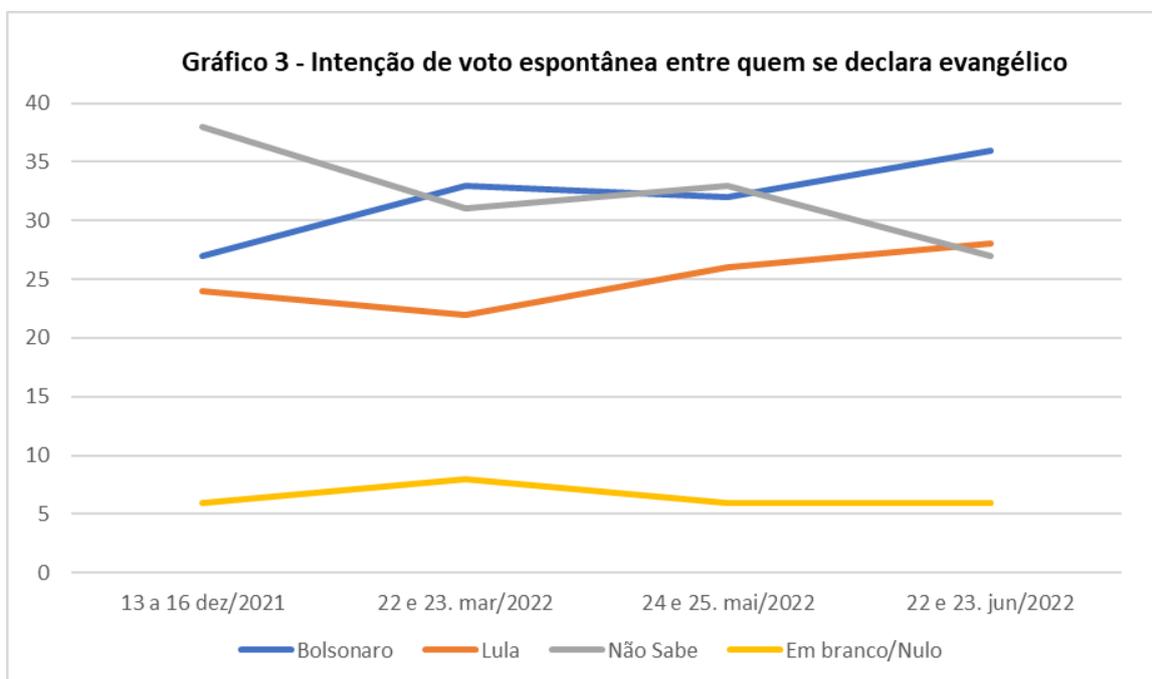
Diante da necessidade de aumentar suas intenções de voto entre os mais pobres, ainda no fim de 2021, o governo Jair Bolsonaro substituiu o programa “Bolsa Família”, cuja marca estava muito ligada aos governos petistas, e pôs em seu lugar o “Auxílio Brasil”, que desde o início deste ano vem pagando R\$ 400,00 mensais para cerca de 18 milhões de famílias. Com a recente aprovação no Congresso da Emenda Constitucional (EC) 125, a partir de agosto, o auxílio passará a ser de R\$ 600 e será complementado por aumento no valor do vale-gás. A EC, que ainda prevê repasses federais para os estados diminuírem seus impostos sobre combustíveis e, conseqüentemente, reduzirem os preços finais da gasolina e óleo diesel, além de auxílios específicos para caminhoneiros e taxistas, custará cerca de R\$ 41 bilhões aos cofres públicos e tem validade até 31 de dezembro deste ano. Tal

esforço se deve, em grande medida, ao fato de que, até o momento, o Auxílio Brasil não gerou os dividendos eleitorais almejados pelo governo. O Datafolha de junho mostrou Lula da Silva liderando as intenções de voto entre os beneficiários do programa, com 48% contra 27% de Jair Bolsonaro.

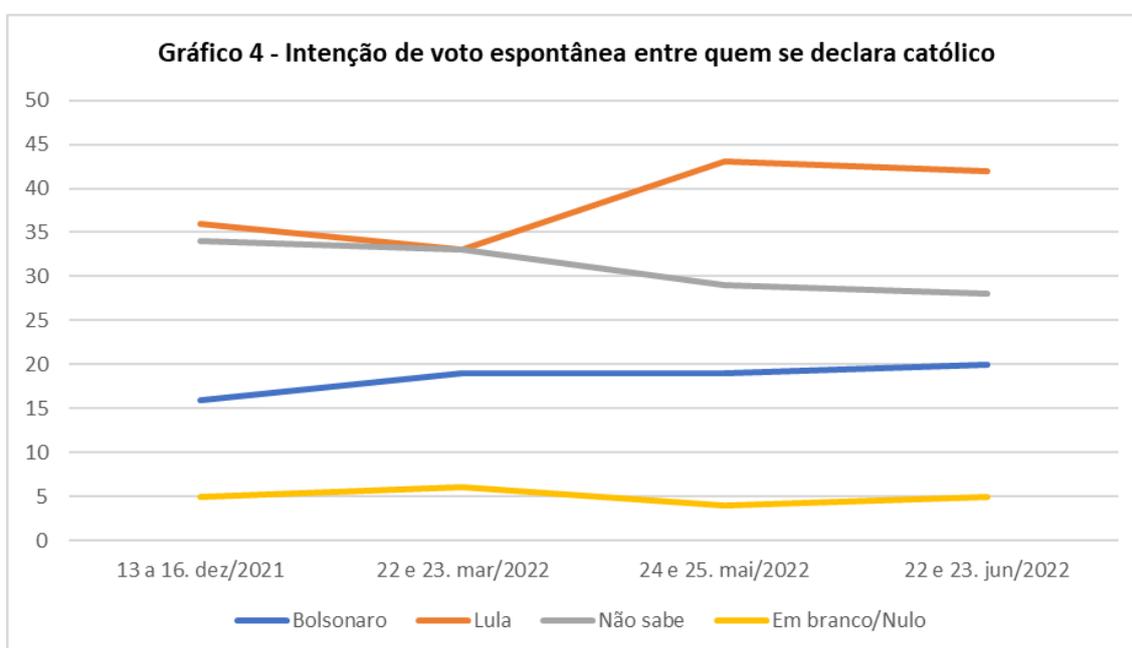
Ao olhar para o quadro geral desses números, parece ser alta a probabilidade de que, em função da crise, o pleito de 2022 volte ao padrão verificado nas eleições da Nova República anteriores a 2018, no qual há o peso decisivo do que a Ciência Política chama de “voto econômico”. Ou seja, eleições executivas, em regra, são plebiscitos sobre a condução governamental da economia, e os eleitores tendem a reeleger incumbentes quando experimentaram ganho de renda e aumento da sensação de bem-estar material; por outro lado, se inclinam a castigar a candidatura de situação quando experimentam queda de renda e de padrão de vida ao longo do mandato. Além disso, o apoio maciço do eleitorado de baixa renda a Lula da Silva, provavelmente sustentado na memória de ascensão experimentada pelos setores humildes nos governos petistas, parece demonstrar a resiliência e a reativação da base social do “lulismo” (SINGER, 2012).

As pesquisas também oferecem dados importantes para visualizar a influência de fatores ideológicos e valorativos sobre o voto, sendo muito fortes as evidências de que teriam sido decisivos na eleição de 2018. A vitória de Jair Bolsonaro, afinal, foi marcada por um debate eleitoral menos marcado pela economia e mais por questões relacionadas à moral, corrupção, costumes e cultura. Além do discurso contra a corrupção e do antipetismo (naquele momento potencializados pelo andamento da Operação Lava-Jato e ainda hoje aparecendo como sentimentos/preocupações centrais do eleitorado bolsonarista, conforme assinalado acima), o último pleito foi condicionado por debates sobre gênero, sexualidade, religião e educação. O conservadorismo cultural e de costumes tem apelo especialmente para o eleitorado religioso, com destaque para o segmento evangélico, cujo voto foi decisivo para a vitória de Jair Bolsonaro em 2018 (ALVES, 2018). O

presidente em exercício ainda conta com o apoio da maioria das lideranças evangélicas e, de acordo com levantamento Datafolha de junho/2022, atualmente lidera as intenções de voto do grupo, que constitui 27% dos eleitores (Gráfico 3). Já Lula da Silva lidera entre os católicos, que representam 50% do eleitorado (Gráfico 4). O PT, lembre-se, tem relações históricas com setores progressistas da Igreja



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada em 22 e 23 de junho de 2022.



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada em 22 e 23 de junho de 2022.

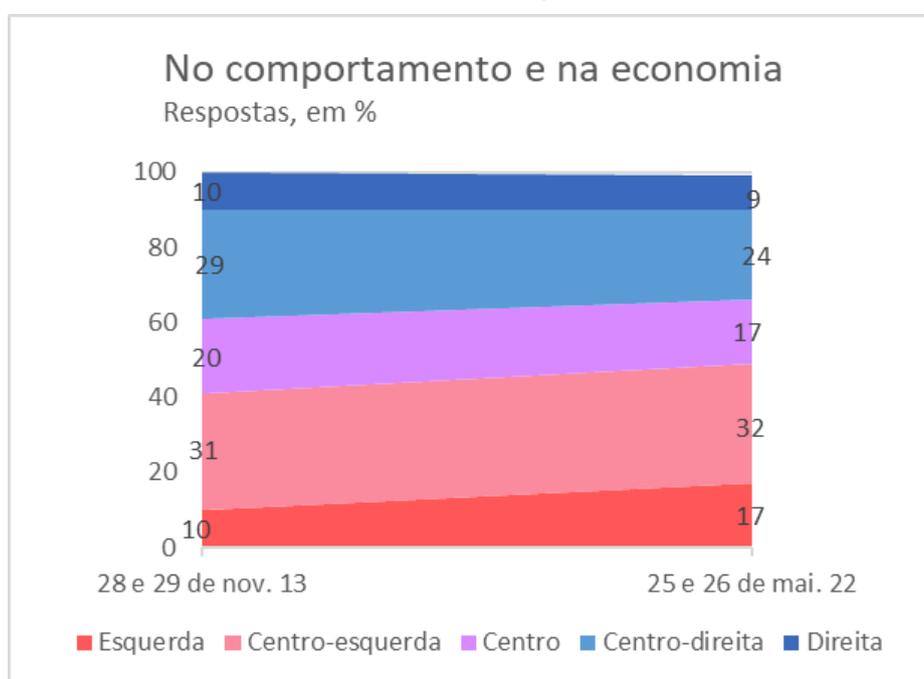
Católica brasileira. Ainda segundo o Datafolha de junho, 20% dos eleitores religiosos reconhecem ouvir recomendações de voto dentro das igrejas e templos que frequentam.

Como se pode ver nos Gráficos 3 e 4, Lula da Silva lidera com maior margem em um segmento religioso mais numeroso, enquanto Jair Bolsonaro tem menor margem de vantagem em segmento menos numeroso. Para reverter o quadro, o presidente precisa aumentar sua vantagem sobre Lula da Silva entre os evangélicos e/ou diminuir o tamanho de sua desvantagem entre católicos. Para tanto, o uso de pautas como a descriminalização do aborto, que a maioria do eleitorado rechaça e sobre a qual Lula da Silva recentemente se manifestou de maneira favorável, faz parte do arsenal discursivo

moral que o presidente deve tentar mobilizar para ganhar votos religiosos.

Outro tópico importante quanto à influência valorativa sobre o voto é o posicionamento de parcelas do eleitorado dentro do espectro ideológico. A pesquisa Datafolha realizada no fim de maio de 2022 aferiu, com base nas respostas dos entrevistados sobre temas comportamentais e econômicos que separam as visões de mundo de esquerda e direita, que a identificação do eleitorado brasileiro com ideias de esquerda cresceu desde 2017 (ano do levantamento anterior), chegando ao seu maior patamar da série histórica iniciada em 2013. De acordo com as respostas aos temas das questões elencadas pelo levantamento, 17% dos brasileiros acima de 16 anos podem ser definidos como de

Gráfico 5 – Localização do eleitorado no espectro ideológico de acordo com posicionamento sobre temas econômicos e comportamentais

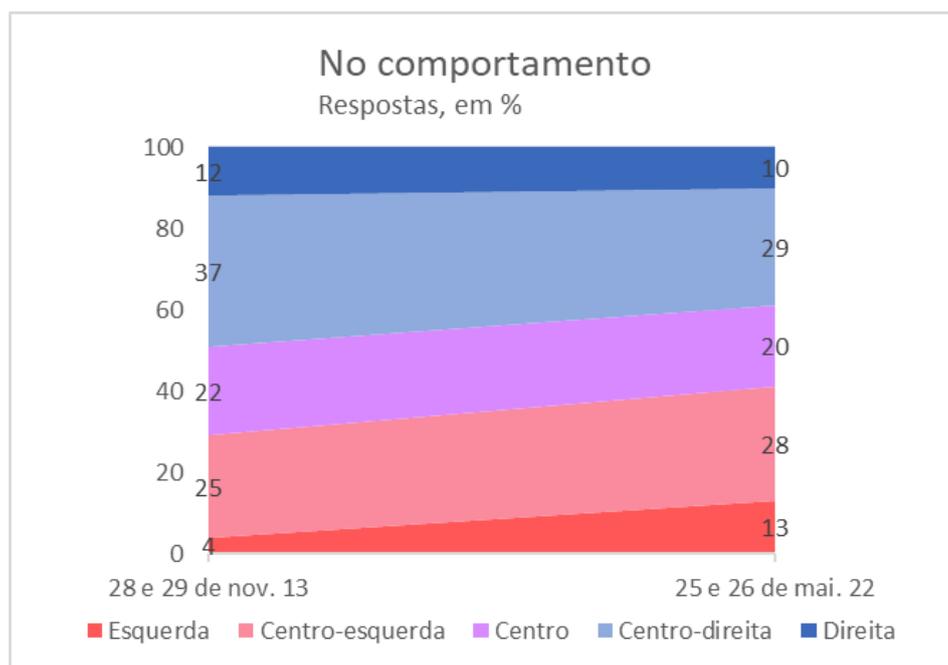


Fonte: Pesquisa Datafolha realizada em 25 e 25 de maio de 2022.

“esquerda”, 32% como “centro-esquerda”, 17% como de “centro”, 24% como de “centro-direita” e 9% como de “direita”:

Segundo os dados do instituto, o maior avanço das ideias identificadas com a esquerda se deu em temas comportamentais (pena de morte, maioria penal, drogas, porte de armas, sexualidade,

Gráfico 6 - Localização do eleitorado no espectro ideológico de acordo com posicionamento sobre temas comportamentais

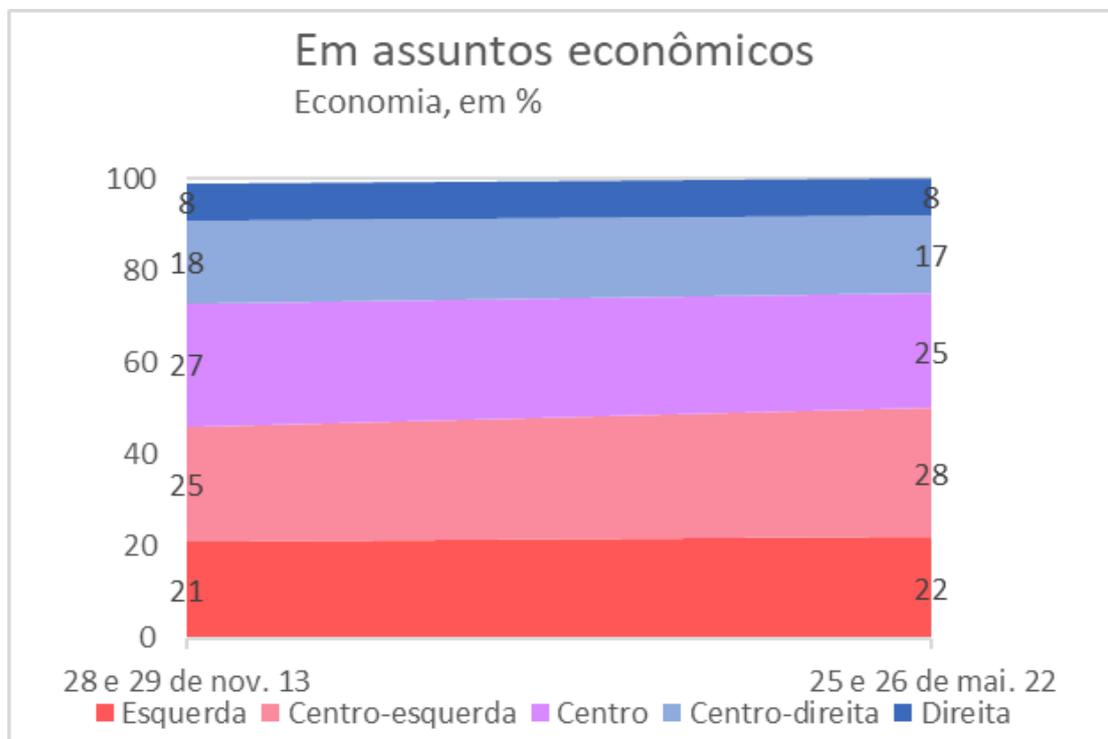


Fonte: Pesquisa Datafolha realizada em 25 e 25 de maio de 2022.

religiosidade como definidora de caráter, imigração etc.). Em 2017, no que tange aos costumes, as ideias conservadoras tinham vantagem de 20 pontos sobre as ideias progressistas. Já em 2022, estas aparecem três pontos acima daquelas, uma virada dentro da margem de erro, que denota equilíbrio:

Em relação às crenças econômicas (causas da pobreza, legitimidade dos sindicatos, pertinência de programas sociais redistributivos, leis trabalhistas, impostos, privatizações, relação Estado-mercado),

Gráfico 7 - Localização do eleitorado no espectro ideológico de acordo com posicionamento sobre temas econômicos



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada em 25 e 25 de maio de 2022.

Na mesma pesquisa, o Datafolha cruzou os dados de identificação ideológica com intenções de voto dos líderes das pesquisas, chegando ao resultado de que, como a intuição sugere, embora 60% dos eleitores de Lula da Silva sejam de fato identificados com ideias de esquerda/centro-esquerda, 19% deles está mais próximo do espectro de ideias de centro-direita e 4% da direita – especialmente no campo dos costumes. Por outro lado, no caso de Jair Bolsonaro, 54% dos eleitores são identificados com a direita/centro-direita, mas contraintuitivamente, 22% com ideias de centro-esquerda e 7% com a esquerda – especialmente no campo da economia. O que se pode inferir, a partir dos dados, é que, possivelmente, muitas vezes os eleitores têm dificuldade de conectar suas crenças sobre temas específicos com uma autoidentificação ideológica

coerente e um representante político claro.

Do conjunto de dados apresentados quanto aos aspectos materiais e valorativos da motivação do voto, pode-se inferir que, em se tratando de economia, o quadro atual cria grandes dificuldades para a reeleição de Jair Bolsonaro, com base nas evidências disponíveis até o momento e assumindo a incerteza e imprevisibilidade da situação eleitoral e suas vicissitudes. Na questão ideológica e valorativa, há mais equilíbrio, com o atual presidente contando com importantes ativos (moral, apoio evangélico, discurso contra a corrupção), mas com indícios de que o antiesquerdismo, tão decisivo na história política recente do país, parece estar arrefecendo.

TEORIA E POLÍTICA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022: ALGUMAS TENDÊNCIAS

Nas linhas acima, apresentou-se, sinteticamente, um apanhado teórico das duas principais vertentes analíticas sobre comportamento eleitoral e a direção do voto, assim como foram trazidos dados estatísticos que compõem o cenário para as eleições gerais de 02 e 30 de outubro de 2022, referentes à economia e sociedade brasileiras. Os objetivos foram modestos, e tanto a síntese teórica quanto o material empírico propriamente dito visaram tão somente introduzir o leitor em um conjunto de problemas que se desenham para a eleição presidencial, consideradas as duas principais candidaturas em disputa até o presente momento.

Tais anotações mostram-se importantes para dimensionar a exegese pretendida neste texto: uma tentativa de análise em que se escolheu avaliar a adequação das teorias do comportamento eleitoral ao contexto brasileiro das eleições presidenciais de 2022, segundo apresentado por alguns indicadores estampados em pesquisas recentemente conduzidas. A moderação dos objetivos propostos, portanto, induz à parcimoniosidade das conclusões. E isto se dá, em primeiro lugar, pela própria volatilidade da situação brasileira, que repõe constantemente a dimensão imponderável da atividade política, ao mesmo tempo em que desafia a intelectualidade a (re)pensar o país e a si mesma.

Repisada a inesgotabilidade do real frente à teoria, contudo, cabe assinalar que um dos pressupostos mais fortes do presente texto está em que as eleições de 2022 realizar-se-ão segundo os parâmetros institucionais do ordenamento vigente, isto é, o do Estado Democrático de Direito inaugurado pela Carta Magna de 1988. Por outras palavras, a democracia brasileira rotinizou-se, e as instituições são capazes de ultrapassar o teste colocado pelas eleições que se avizinham. Tudo o mais permanecendo constante, o Brasil assistirá a eleições regulares e os mandatários eleitos serão

empossados em janeiro de 2023, de acordo com regras definidas, para outro período de exercício desde a inauguração da presente República. Esse pressuposto também pode ser colocado, nestas linhas conclusivas, como a primeira tendência identificada pelos autores no processo eleitoral envolvendo a disputa presidencial brasileira de 2022.

Uma segunda tendência aferível pelos dados disponíveis e as teorias mobilizadas está em que o voto economicamente orientado tende a prevalecer sobre as razões de ordem ideológica e sociocultural. Isso não representa, contudo, uma vigência sem ressalvas da interpretação econômica (ou economicista?) do voto, ancorada na teoria da escolha racional. Conforme assinalado na hipótese lançada ao início (cf. supra I), a resposta mais acurada para a situação eleitoral brasileira parece advir de um arcabouço analítico capaz de mesclar elementos de ordem socioeconômica e de ordem político-ideológica, o domínio dos interesses e o dos valores, a lógica de mercado e a da vida imaterial.

Uma terceira tendência, vinculada à anterior e derivada da descrição acima, acha-se no fato de que a candidatura oposicionista tende a se beneficiar eleitoralmente do cenário de deterioração econômica e social. Malgrado a transformação do Programa Bolsa Família em Auxílio Brasil e o incremento dos seus valores, em 2021, bem como a aprovação da EC 125, em 2022, o governo de Jair Bolsonaro terá dificuldades de apresentar resultados econômicos aptos a influenciar a decisão de voto da maioria da população brasileira habilitada para tanto. Nesse quesito, o desafio da candidatura de situação está em ser capaz de sinalizar com efeitos econômicos a curto prazo e com um projeto capaz de abranger para além de setores como o agronegócio, o funcionalismo policial e o das Forças Armadas.

Uma quarta tendência colocada para as eleições presidenciais de 2022 está em que a parcela a existir de voto ideológico tende a ser igualmente bipolarizada pelas principais candidaturas em disputa. Segundo os dados disponíveis até aqui, a candidatura de Jair

Bolsonaro não deterá o monopólio do apelo valorativo, ideológico e extraeconômico. Nessa linha podem ser lidas movimentações recentes e aparentemente contraditórias da candidatura Lula da Silva, como seu crescimento entre o eleitorado evangélico e a declaração em favor do direito ao aborto. No mesmo sentido, não está descartada a hipótese de a candidatura Lula da Silva travar a batalha no terreno ideológico apelando à memória recente da tragédia sanitária vivida nos picos da pandemia do novo coronavírus, em que uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) chegou a ser instalada, produzindo salientes resultados, para apurar a conduta de agentes governamentais. Por último, outro espólio que poderia ser herdado pela candidatura oposicionista na contestação político-ideológica à candidatura de Jair Bolsonaro está no que poderia ser denominado de reação republicana mais ou menos difusa, oriunda de diferentes setores da sociedade – uma espécie de novo idealismo da Constituição, para brincar com um título de Oliveira Vianna – contra as investidas do presidente ao regramento institucional em vigor.

A simples identificação de tais tendências deveria servir para atestar a complexidade das variáveis em jogo e a impossibilidade de afirmações peremptórias sobre o pleito de outubro próximo, bem como para demonstrar a insuficiência de qualquer interpretação do voto em sentido estrito, seja econômica, seja sociológica. As eleições presidenciais de 2022 se darão em um contexto de intensa polarização, alimentada por uma persistente crise social, e não serão resumidas, exclusivamente, nem pelo noticiário econômico, nem pela pauta da discussão de costumes. Se a matriz que interpreta a direção do voto a partir de dados mormente econômicos tende a sobressair, em virtude das urgências materiais da população, não se pode afirmar, inversamente, que a batalha ideológica consistirá em um momento menor da disputa eleitoral. Pelo contrário, o agravamento mesmo dos indicadores econômicos e sociais tende a retroalimentar a disputa em torno de temas de alta voltagem ética e política, exigindo posicionamentos das

candidaturas em pugna.

Nesse sentido, o das narrativas em disputa que visam a alcançar o eleitor via ideologia, a candidatura Jair Bolsonaro tende a lançar mão de um misto entre discurso antissistema, de caráter rupturista, enquanto se alinha ao histórico e nem sempre congruente tradicionalismo conservador brasileiro. Por esse arranjo, procura, ainda, apoiar-se naquela faixa da população que Richard Nixon, em seu governo (noutro contexto, mas com vestes parecidas) alcunhou de “maioria silenciosa”, isto é, os cidadãos que, bestializados, ficariam em casa apoiando a política dos EUA na Guerra do Vietnã (1965-1975), por oposição aos que foram às ruas protestar. A história deu testemunho dos destinos do governo Nixon e sua presumível maioria silenciosa. Quanto a Jair Bolsonaro, o cenário ainda está em aberto e alguns dos elementos decisivos estão sendo jogados. Dentre estes, a qualidade política de persuasão e convencimento da contranarrativa oferecida pela candidatura de oposição de Lula da Silva deve ser reputada como importante. Ideologicamente, à candidatura Lula da Silva tem cabido o papel da defesa do sistema, ainda que matizada, como no caso da legislação econômica cristalizada na EC 95, conhecida como a do Teto dos Gastos Públicos. Atrelado a isso, a chapa encabeçada pelo PT tende a cerrar fileiras com as correntes de opinião que defendem os direitos civis, políticos e sociais daquelas faixas da população vulnerabilizadas e que já foram alvo de ataques verbais ou restrições em termos de políticas públicas do presidente Jair Bolsonaro e seu governo.

Assim, a indissolubilidade entre a dinâmica econômica e aquela propriamente política e ideológica converge para apresentar, nas eleições presidenciais brasileiras de 2022, considerada a simbologia das duas principais candidaturas em disputa, uma de suas mais claras exemplificações. Voto econômico e voto ideológico tendem a se manifestar, simultaneamente, como momento determinante e determinado relativamente um ao outro. As candidaturas de Jair Bolsonaro e Lula da Silva terão de seguir na mobilização de numerosos recursos para atender aos dilemas da disputa

eleitoral, em diferentes âmbitos. Se a vantagem relativa, desde as últimas medições, está com a candidatura do PT, isso não significa apenas que ela tem sido mais habilidosa em capitalizar politicamente o contexto de deterioração socioeconômica – no qual a fome consiste tão somente na faceta mais notória –, mas que tem sido igualmente capaz de pôr em curso uma estratégia ideológica à altura da chapa encabeçada pelo PL, ou que, ao menos, não fique tão atrás a ponto de perder a vantagem auferida na crítica da situação de crise gerida pelos mandatários da atual gestão.

Diante de um tal cenário, cabe recordar o ensinamento de um dístico que já entrou para a cultura popular: o Brasil não é para principiantes. Imbricado às eleições deste ano, encontra-se um cenário de difícil previsibilidade e contornos ainda altamente nebulosos em pontos nodais, como no exemplo de se haverá espaço e tempo para a emergência de outra candidatura eleitoralmente competitiva frente às que até aqui bipolarizam as pesquisas. Mas, independentemente dos resultados eleitorais de 2022, uma das poucas certezas está em que, encerrado o pleito, os estudiosos poderão dispor de rico material para novas investigações. Lastreados em teorias como as apresentadas na primeira parte deste texto, ou, mesmo, por outras abordagens, a inquirição sobre a realidade política da sociedade brasileira poderá ser, então, feita em novo e ainda indisponível patamar. Apenas então, talvez, será o caso dos autores do presente texto retornarem ao tema, municiados pela vantagem do entendimento retrospectivo e menos acossados pelos imperativos de continência que embalaram estas linhas.

REFERÊNCIAS

ADVERSE, Helton. **Maquiavel: Política e Retórica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

AGÊNCIA BRASIL. **Desemprego chega a 9,4% em abril, diz IPEA**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-06/desemprego-chega-94-em-abril-diz-ipea>.

ALVES, Jose. E. D. “O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro”. **EcoDebate**, 2018. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>.

ANDRADE, Gabriel; FERRARI, Hamilton. “Economática: real é a 12ª moeda que mais desvalorizou no ano”. **PODER 360**, Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/economica-real-e-a-12a-moeda-que-mais-desvalorizou-no-ano/#:~:text=O%20real%20foi%20a%2012%C2%AA,frente%20a%20divisa%20norte%20americana>.

CASTRO, Mônica Matta Machado de. “Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 7-19, 1992.

CASTRO, Fabrício de; BORGES, Stella. “PIB do Brasil cresce 4,6% em 2021, melhor desempenho desde 2010”. **UOL Economia**, São Paulo, 04 mar. 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/03/04/pib-do-brasil-em-2021.htm>.

CASTRO, Ruy. Para principiantes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 mar. 2008. Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2203200805.htm>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CNN BRASIL. **Economia é o maior problema do país para 50% dos eleitores, diz pesquisa Quaest**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/economia-e-maior-problema-do-pais-para-50-dos-eleitores-diz-pesquisa-quaest/>.

DATAFOLHA. **Estável, disputa presidencial tem Lula da Silva à frente e Bolsonaro em segundo**. Disponível: <https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2022/06/estavel-disputa-presidencial-tem-lula-da-silva-a-frente-e-bolsonaro-em-segundo.shtml>.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FERES JR. João. “Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da Ciência Política americana tem para nos contar”. **Rev. Soc. Pol.**, Curitiba, n. 15, p. 97-110., nov. 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO. PEC Kamikaze virou PEC virtuosa das bondades, diz Guedes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jul. 2022. Economia. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/pec-kamikaze-virou-pec-virtuosa-das-bondades-diz-guedes.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2022.

FRISCH, Felipe. “Projeção do mercado para o PIB em 2022 sobe de 1,51 para 1,59, aponta Focus”. **Valor Econômico**, São Paulo, 11. Jul. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/07/11/projecao-do-mercado-para-o-pib-em-2022-sobe-de-151percent-para-159percent-aponta-focus.ghtml>.

LANDAU, Elena. et al. Associar liberalismo ao fascismo não é intelectualmente honesto: autores se contrapõem a artigo de professores da USP que compara bolsonarismo ao movimento integralista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 ago. 2020, Ilustríssima.

LESSA, Renato. “Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil”. **Lua Nova**, n. 82, Maio. 2011.

LEVITSKY, Steven. Três mitos sobre uma presidência de Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 set. 2018, Opinião.

MANSO, Bruno Paes. A distopia miliciana de Bolsonaro. **El País**, 04 out. 2018, Tribuna. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/03/opinion/1538598107_760467.html. Acesso em: 08 nov. 2018.

POMAR, Marcos Hermanson. “Insegurança Alimentar: 33 milhões de pessoas passam fome no Brasil”. **Uol**, 08 jun. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/03/4994327-renda-do-brasileiro-caiu-97-em-um-ano.html>.

PORTELA, Michelle. “Renda do brasileiro caiu 9,7% em um ano”. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 mar. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/03/4994327-renda-do-brasileiro-caiu-97-em-um-ano.html>.

ROUBICEK, Marcelo. “Quais recordes a inflação brasileira já quebrou em 2022”. **Nexo Jornal**, 11 mai. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/05/11/Quais-recordes-a-infla%C3%A7%C3%A3o-brasileira-j%C3%A1-quebrou-em-2022>.

SINGER, André V. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A. et al. Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira: intelectuais da USP comparam bolsonarismo ao movimento integralista da década de 1930. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09. jun. 2020, Ilustríssima.

SNIDERMAN, Paul M.; LEVENDUSKY, Matthew S. “An institutional theory of political choice”. In: DALTON, Russell J. (org.). **The Oxford Handbook of Political Behavior**. New York: Oxford University Press Inc., p. 499-520, 2007.

UOL ECONOMIA. “Miséria e pobreza avançam no Brasil, apontam estudos”. **São Paulo**, 25 abr. 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/04/25/consultorias-apontam-aumento-da-miseria-no-brasil.htm#:~:text=Estudos%20feitos%20pela%20Tend%C3%Aancia%20Consultorias,9%20mil%20de%20renda%20domiciliar>.

ELEIÇÕES BRASILEIRAS

2022 EDIÇÃO
ESPECIAL

Paulo Roberto de Almeida¹

ENSAIO

ELEIÇÕES BRASILEIRAS DE 2022: UM CENÁRIO DE TERRA ARRASADA

BRAZILIAN 2022 ELECTIONS: A SCORCHED EARTH SCENARIO



ESTARIA O BRASIL EVOLUINDO INSIDIOSAMENTE PARA UM REGIME ILIBERAL?

Uma primeira reflexão interrogativa sobre o atual cenário de grandes dúvidas a respeito do desenvolvimento normal das eleições de 2022 poderia ser feito partindo de um questionamento geral sobre nossa trajetória como nação política. Rupturas institucionais ou de regimes políticos só ocorrem excepcionalmente na vida das nações. As sociedades já constituídas politicamente não costumam fazer assembleias gerais para decidir sobre o seu próximo destino: normalmente, mudanças e reformas, inclusive no plano institucional, se dão no âmbito parlamentar, depois de ampla discussão no corpo representativo.

Com efeito, rupturas radicais só ocorrem ao cabo de revoluções ou de guerras civis. Ainda não é o caso do Brasil. Pelo menos não na magnitude dos episódios antecedentes que podem ser aqui sumariados: a crise do regime imperial, que também se devia, além dos casos religiosos e militares, a grandes dúvidas sobre a sucessão da monarquia, dada a idade proecta do imperador; quando se deu o golpe militar em prol da República; a crise da primeira República, refletida na luta dos militares e da classe média contra os votos falsos, também estimulada pela crise econômica externa; a própria crise do regime getulista ao final da Segunda Guerra Mundial; o

clima de radicalização que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros e o arremedo parlamentarista que levou João Goulart à presidência, mas precipitou o acirramento das oposições; o golpe de 1964, quando os militares decidiram não apenas intervir na política, mas “fabricar” um novo regime tecnocrático; finalmente, a crise de vinte anos de autoritarismo que soçobrou na crise econômica e na falta de legitimidade política.

Essa foi a sucessão de rupturas desde o início do regime republicano, o que justificou que o principal brasilianista americano, Thomas Skidmore, examinando nossa trajetória dos anos 1930 ao golpe de 1964, desse como subtítulo de seu primeiro livro sobre a política no Brasil esse qualificativo dubitativo: *Politics in Brazil, 1930-1964: an Experiment in Democracy* (1967). Atualmente, o Brasil, definitivamente, não vive um ciclo toynbeeano de ascensão e declínio civilizatório. Nossa trilha é um pouco mais “abaixo”, não em termos de avanços materiais ou progressos tecnológicos, mas no terreno dos valores e princípios morais de uma sociedade que deveria ser regrada, mas não consegue encontrar as bases de um regime político definitivamente regido pelas leis, não pela esperança eleitoral de se encontrar o próximo “salvador da pátria”. Não escapamos do sebastianismo, mas tampouco somos capazes de degradingolar em experimentos tão radicais como as vistas em outros países.

¹ Diplomata e professor. www.pralmeida.org; diplomattizando.blogspot.com; pralmeida@me.com  0000-0003-2332-6233

Certas sociedades, enfrentando profundas crises, como a República de Weimar ou a Venezuela dos anos 1990, acabaram se entregando a um bando de sacripantas criminosos que terminam por levá-la ao paroxismo da autodestruição. Estaria o Brasil se aproximando dessa “atração fatal”? Não parece ser o caso, pelo menos não ainda.

Não se pense que certas “deformações” de um ciclo normalmente e tendencialmente ascensional estejam restritas a países que passaram por profundas crises sociais e econômicas como a Alemanha de Weimar ou a Venezuela pré-Chávez. Elas podem afetar, igualmente, nações aparentemente bem-sucedidas, mas bastante diversas em sua composição “civil”, com estamentos privilegiados, mas decadentes, e diferentes estratos de “desclassificados”, mas dotados de franquias eleitorais, como ocorre atualmente com a maior parte dos Estados-nacionais do sistema onusiano. Os Estados Unidos recentes podem ser um exemplo disso, como já revelaram alguns estudiosos da própria franja avançada das democracias de mercado, que veem o liberalismo em crise e o declínio das democracias. Tais processos parecer ser bem mais o resultado do avanço da ignorância do que dos retrocessos da economia.

Nessas fricções do processo histórico e no itinerário da evolução de nações assim confrontadas a desafios adaptativos podem surgir espaços, abrir “janelas”, para que oportunistas dotados de “boa” retórica consigam empolgar as massas com suas propostas disruptivas. Pode ser o começo do declínio, mais ou menos dramático segundo as forças sociais mobilizadas ao redor do personagem: um Mussolini, um Hitler, um Chávez, um Trump, um Bolsonaro.

Não está claro o que pode advir desse tipo de “atração fatal”. O que está claro é que tal tipo de fenômeno deveria, pelo menos, afastar essas teorias deterministas da História. A história de cada nação em particular é um livro aberto ao imponderável, ao contingente, ao inesperado, ao acidental e até ao dramático. Apenas se espera

que o Brasil não esteja no vórtice de alguma “atração fatal”.

QUAL É A CONJUNTURA POLÍTICA EXISTENTE NO BRASIL SEMANAS ANTES DAS ELEIÇÕES?

Duas semanas antes das supostas festividades pelos 200 anos de nossa independência como Estado autônomo e menos de 40 dias antes do próximo pleito presidencial, o contexto eleitoral que se observa, de um ponto de vista independente, é próximo de um cenário de terra arrasada. As razões não são difíceis de definir, bastando olhar o panorama político.

Nada do que venha a ocorrer no curso das próximas semanas, em plena campanha política presidencial, deveria poder nos impedir de reconhecer exatamente quem são os corruptos, os grandes mentirosos, os incompetentes e até um ou outro desequilibrado, entre os que estão na liça para a presidência nos próximos quatro anos, assim como entre os milhares de candidatos para os demais cargos em disputa. O que já vimos até aqui – em termos de emendas secretas, uso abusivo dos fundos eleitoral e partidário – também pode nos confirmar que o estamento político brasileiro é essencialmente predatório das riquezas duramente produzidas pelo povo trabalhador. Digo estamento num sentido flexivelmente weberiano, pois que a classe política de fato se converteu numa categoria à parte no cenário social brasileiro. Ela se apresenta hoje como sendo o pior inimigo do Brasil e dos trabalhadores brasileiros, que estão sendo sistematicamente extorquidos por ladrões organizados. Esta é uma constatação que se funda na observação dos crimes eleitorais, ou crimes comuns, perpetrados por vários dos candidatos e que, no entanto, estão em liça.

Vai ser difícil reparar tal sistema necrosado pela corrupção entranhada, totalmente alheio a qualquer ética no serviço público, servindo apenas a si mesmo e confiante na impunidade judicial que seus grandes integrantes construíram para si.

Como chegamos a isso?

Foi um lento acumular de distorções e de deformações banais, que atingiram inclusive as mais altas corporações de Estado, e que produziram um mundo à parte das preocupações mundanas dos brasileiros do setor produtivo, um mundo focado exclusivamente na captura da riqueza criada pelo setor produtivo sob a forma de nacos cada vez maiores do orçamento nacional, sistematicamente desviados para ganhos prebendistas, o que está no centro do patrimonialismo que nunca deixou de se fortalecer no Brasil.

Nossa decadência política é de um tipo diferente: ela não tem nada de ideológico, pois que todas as correntes de opinião política, todas as tendências do sistema partidário partilham do mesmo afã pelo ganho fácil, pela extorsão legalizada por um sem-número de dispositivos e mecanismos dedicados ao objetivo comum de extrair renda do Estado brasileiro.

Os rentistas do estamento político estão unidos no aprofundamento do declínio da nação e prometem aperfeiçoar o sistema de extorsão legalizada justamente no ano em que “comemoramos” o Bicentenário do Estado independente. Existe maior ironia do destino do que essa?

De fato, podemos proclamar desde já, ou seja, quarenta dias antes dos resultados dos escrutínios – para os cargos executivos e para todos aqueles representativos – que as próximas eleições podem ser totalmente inúteis para a correção das graves dificuldades que enfrenta o Brasil, como resultado do pior declínio político a que assistimos em nossa história republicana, um processo que se arrasta desde o início do século.

Quer ganhe um ou outro dos principais candidatos, segundo as pesquisas eleitorais, isso não parece ter a menor importância para a governança ou para as reformas necessárias no país, pois a cidadania votante nem se sabe se elas serão, ou não, feitas, algumas sim, outras não, ao sabor das coalizões sempre cambiantes e oportunistas no Parlamento.

Quem continuará mandando, de fato, serão os políticos predadores e predatórios do largo

estamento de hienas do orçamento, pois essa é a última instância de poder. O Centrão, na verdade, nem precisaria existir na sua forma e composição atuais: o que existe, de fato, é uma ameoba sequiosa de verbas públicas em favor do seu enriquecimento pessoal, e isso de forma permanente. O velho patrimonialismo continua e continuará forte, feliz e seguro de si no Brasil do Bicentenário. Senão vejamos.

ESTAMOS NUMA CONJUNTURA “GATOPARDIANA”? MUDAR PARA NADA MUDAR?

Menos de três semanas após a data dos 200 anos de independência e de construção tentativa de uma nação controlada e extorquida pelo Estado, o eleitorado brasileiro, independentemente de quem tenha sido o mais votado para a presidência, elegerá, de forma quase inconsequente e inconsciente, os mesmos sanguessugas para os diversos outros cargos — velhos ou novos, não importa — que continuarão a se locupletar com e a partir da riqueza duramente criada pelo povo trabalhador.

Difícil acreditar, a essa altura das miseráveis negociações pouco republicanas que ocorrem à margem das candidaturas presidenciais, que algo de fundamentalmente diferente ocorra a partir dessas eleições, que tenhamos homens probos no Congresso, engajados por um momento, não em suas prebendas orçamentárias, mas em reformas estruturais no tocante à educação, infraestrutura, segurança, luta contra a corrupção e a insegurança jurídica.

O eleitorado continuará fixado no próximo salvador da pátria e, ao lado disso, os verdadeiros donos do poder — que nem é só o estamento burocrático de que falava Raymundo Faoro — continuarão suas soturnas maquinacões em busca da preservação, da manutenção ou da conquista de mandatos parlamentares, que são os que determinam, em última instância, o destino das verbas públicas.

Podemos ter a certeza de que o estupro orçamentário continuará, com todos os tipos de

emendas que a imaginação fértil dos sanguessugas congressuais concebeu, que isenções, subsídios e outros favores (sempre setoriais), que perdão de dívidas por impostos não pagos, que concursos públicos para lotar a máquina do Estado de centenas de funcionários muito bem remunerados, que milhares de cargos em comissão, tudo isso continuará a existir, que carros, imóveis e penduricalhos diversos a título de “auxílios” não tributáveis continuarão a existir e que novos serão criados. Enfim, basta dizer que o Brasil continuará sendo muito parecido com o Brasil que já conhecemos.

Não há nenhum pessimismo nesse tipo de afirmação. Basta observar o declínio de outras nações, a decadência democrática e a semiestagnação econômica, processos muito mais frequentes do que progressos fulgurantes em direção à prosperidade. Basta olhar em volta para conferirmos esse tipo de cenário de quase terra arrasada.

O Brasil não é muito melhor do que a Argentina aqui ao lado, que já nos provou que a pobreza pode, sim, voltar e se espalhar, pelas mãos e pés dos mesmos políticos que infelicitam a nação há décadas. O Brasil não é muito melhor, em sua democracia de baixa qualidade, do que os EUA, um exemplo lamentável de retrocessos inacreditáveis num processo de reforço de particularismos anacrônicos trazidos por carolice religiosa, ignorância cidadã e introversão nacionalista da mais baixa qualidade.

As eleições, finalmente, não são a grande festa da democracia, como nos quer fazer crer a propaganda ingênua do TSE. Elas são apenas a continuidade de um ritual compulsório, a que nos conduziram as hordas de políticos hábeis na manipulação de cidadãos — na verdade súditos de um Estado expropriador — com o único objetivo de se constituírem em governantes — federais, estaduais ou municipais — legitimamente mandatados para continuar o processo de extorsão.

O eleitorado se arrastará sem qualquer entusiasmo para as urnas de outubro, sem qualquer esperança de que 2023 será muito

diferente do que já vimos nos anos precedentes. Esta descrição relativamente pessimista não é um impedimento absoluto quanto às possibilidades de o Brasil dar um grande salto para a frente na correção das suas piores iniquidades, a desigualdade social em primeiro lugar. Ela deve servir unicamente para nos guardar daquele otimismo reincidente a cada nova eleição: desta vez será diferente...

Será? Observando o cenário de terra arrasada, não existem razões para se acreditar que desta vez possa ser diferente. Inclusive porque, olhando a realidade de frente, a polarização promete tudo contaminar, antes, durante e após o próximo pleito eleitoral.

O QUE NOS PROMETE O ATUAL PROCESSO ELEITORAL? NADA DE MUITO BRILHANTE

Parece que, por enquanto, temos pela frente dois responsáveis por dois grandes desastres, que ameaçam se repetir, um por corrupção e sectarismo, o outro por incompetência e perversidade negacionista. Sair dessa camisa de força, mesmo dispondo de alguns bons candidatos alternativos, não depende só deles, mas de um eleitorado pouco educado e muito castigado por frustrações contínuas.

Ninguém, nenhum partido ou movimento, dispõe da chave do futuro: este pode estar na acentuação da divisão do país, como até agora prometido pelas pesquisas eleitorais, ou numa longa caminhada para a normalização da nação, que será efetivamente muito difícil, e não apenas pela amplitude dos desafios econômicos e sociais, mas sobretudo pela péssima qualidade da representação política, que pode ainda se acentuar na próxima legislatura.

Cabe, portanto, ser moderadamente pessimista quanto aos próximos anos: tudo leva a crer que permaneceremos ainda, e durante bastante tempo mais, na mediocridade que tem sido a nossa por quase meio século, com poucos momentos de lucidez. Não somos, infelizmente, o que gostaríamos de ser.

O Brasil vai saltando de salvador em salvador, continuando a afundar na mediocridade de esperar que um presidente “dê jeito nas coisas”. Construimos nós mesmos essa gaiola de ferro que não leva a nada, a não ser a novas frustrações.

Ainda não crescemos o suficiente. Custa pensar?

Por que, como é que toda uma sociedade, que possui gente capaz, pesquisadores e professores que produzem obras magníficas de saber consistente, empresários inteligentes e batalhadores, e até alguns políticos sagazes, como é que tanta gente se deixa aprisionar e levar por um punhado de aproveitadores, mentirosos e incompetentes, que são saudados como “líderes”, dos quais se espera a solução a tantos problemas criados pelos mesmos mentirosos aproveitadores?

A sociedade como um todo, em sua grande maioria formada de cidadãos contribuintes e votantes, se deixa levar por alguns poucos pilantras, que continuam a praticar falcatruas a prazos regulares?

Mais de dez mil anos de “civilização”, religiões salvadoras, maravilhas da modernidade tecnológica, e até economistas competentes, para no final nos deixarmos levar por alguns espertinhos, que possuem a retórica adequada em face das dificuldades da vida e que continuam a apregoar falsas soluções?

Somos tão crédulos assim, ou apenas passivos e acomodados?

Estamos no limiar de um novo exercício do mesmo gênero, mais um autoengano, que vai beneficiar velhos e novos espertinhos, e deixar a maioria mais ou menos como ela estava antes.

Até a próxima vez...

É, parece que, finalmente, a humanidade, as sociedades nacionais, os povos constituídos em forma de Estados, nós não avançamos tanto assim: continuamos ingênuos e incapazes de cuidar de nós mesmos, e temos de recorrer a outros para organizar a bagunça. Tem um preço em tudo isso: não avançamos tanto quanto poderíamos: conflitos de opinião continuam possíveis. As paixões e os interesses ainda nos dominam.

Finalmente, não estamos tão longe assim da guerra de Troia. Mas mesmo que os brasileiros pretendessem voltar para uma Ítaca imaginária – alguns poucos bons governos no passado de duas ou três gerações: JK, FHC, quem mais? –, o caminho seria longo e semeado de escolhos. Existiria alguma outra via?

SOBRE A NATUREZA DO DECLÍNIO RELATIVO DO BRASIL NO ÚLTIMO MEIO SÉCULO

Não existe qualquer fatalidade interna ou externa que explique a perda de impulso para o crescimento e o desenvolvimento econômico e social que afeta o Brasil desde a fase final, de crises e desacertos, do regime militar. As razões são essencialmente políticas e *self-made*.

O Brasil afundou menos pela ação persistente de algum projeto organizado de pensamento equivocado aplicado à nação — como podem ter sido os fenômenos do bolchevismo e do peronismo, nos casos bem mais graves dos desacertos ocorridos na Rússia e na Argentina durante décadas — e mais pela inconsciência geral quanto aos destinos do país por parte daqueles que ascenderam ao poder, de esquerda ou direita, desde aquela época.

Os problemas foram se acumulando lentamente, asfixiando não só a possibilidade de correções pontuais pela via da política, como a própria consciência de que problemas conjunturais estivessem reforçando tendências estruturais negativas, já longamente estabelecidas, como por exemplo a persistência de baixos níveis de educação na população.

A correção dos desacertos é difícil e incerta, ao observarmos o cenário de curto prazo, uma vez que ainda persistimos em identificar um improvável “salvador da pátria” como o redentor dos nossos males, sendo que este pode estar tanto à direita quanto à esquerda. Tais são as indefinições que persistem, e que mostram a divisão do país, num quadro de incerteza geral quanto a um programa geral de ajustes. As “soluções” ainda são buscadas em nível de pessoas, não de políticas.

Difícil vislumbrar qualquer inversão da atual tendência declinante e de recuperação da nação como um processo longo e desgastante, tantas são as deformações criadas por políticos desonestos e medíocres no comando do país — de esquerda e de direita —, ao lado da incultura ainda largamente predominante em todos os estratos sociais.

Não há nenhuma dúvida quanto a inexistência de fatalidades inevitáveis, pois todos os nossos problemas são o resultado de disfuncionalidades cumulativas criadas domesticamente. Mas muitas são as dúvidas de que possamos ter, no ambiente atual da fragmentada política brasileira (ou seja, as “elites dirigentes”) e da virtual inexistência de qualquer consenso sobre a natureza dos desafios entre as elites verdadeiramente dominantes (ou seja, os donos do capital), alguma possibilidade de correção de rumos no futuro previsível.

Em resumo: a retomada do dinamismo é incerta e provavelmente tomará mais de uma geração. Perdemos o rumo e até a consciência de que devemos ter algum tipo de rumo, qualquer que seja ele. Vai demorar para encontrar algum outro, tal a rigidez de interesses consolidados na atual anomia societal.

Se ousarmos pensar no Brasil como “país do futuro”, 80 anos depois que Stefan Zweig ousou predizer boas promessas nessa perspectiva, em boa medida pelo caráter plástico de nossas relações raciais, parece que até isso se perdeu, uma vez que o politicamente correto continua a criar arestas de uma divisão cultural racial que não existia antes da importação das ideias americanas sobre a “afro” descendência. Paramos de insistir naquilo que nos distingue como povo tolerante e culturalmente integrado, e começamos a construir uma sociedade demarcada por conceitos raciais, como os Estados Unidos?

A TRAJETÓRIA PERVERSA DO ESTAMENTO POLÍTICO NO BRASIL

O Brasil está economicamente estagnado há muito tempo. Isso é certo e conhecido.

Mas, uma outra economia cresceu bastante nos últimos anos, a da criminalidade, não necessariamente aquela “normal”, bem conhecida, e sim uma especificamente política, ou melhor, dos políticos.

Esse aumento da corrupção política dos “representantes do povo” foi acelerado na era Lula, que, para ter maioria no Congresso, passou a comprar, literalmente, parlamentares e bancadas inteiras com dinheiro público e das estatais. Tudo isso está muito bem documentado, embora os lulopetistas pretendam agora reescrever a história.

Daí o processo de corrupção política se desenvolveu enormemente depois, passando de fenômenos como Mensalão e Petrolão para processos endógenos de sustentação financeira, como os fundos e as emendas (de vários tipos), cobrindo todo o espectro do leque político, de um extremo a outro, sem exceções ou muito poucas. Isso também é conhecido.

Um governo fraco, débil, improvisado e caótico, como é o atual desgoverno do psicopata perverso, tornou ainda mais resiliente a criminalidade política, assim como estimulou a criminalidade comum, não só pela crise, pandemia e guerra, mas porque isso corresponde à sua natureza profunda; ele vem desses meios.

Essa é a verdadeira “herança maldita” a ser legada por um ladrão ordinário, fraudador como muitos outros colegas de Parlamento do dinheiro público, via rachadinhas e outras falcatruas, mas que virou, voluntária e involuntariamente, um grande criminoso político. Alguma dúvida? Essa triste trajetória já pode ter ocorrido em diversos outros países, em especial na América Latina, mas o Brasil ingressou, definitivamente, na era da grande criminalidade política.

Não se pode esperar que o “fenômeno” se dissolva rapidamente. Ele acompanha o processo de deterioração educacional e moral da sociedade, inclusive porque já adentramos num regime “parlamentar”, mas um parlamentarismo de fachada.

O Brasil já chegou ao “parlamentarismo”, mas de um tipo disfarçado, deformado e até criminoso, pois que apenas exercido no sentido da

apropriação, em vários casos da extorsão, de recursos públicos por parte dos “parlamentares”, com finalidades exclusivamente patrimonialistas.

Isso se deve ao fato de que o presidente atual é um completo inepto em matéria de governança e por isso transferiu — ou transferiram — a essência do seu desgoverno aos profissionais do ramo, os mesmos que elevaram os fundos indecentes a extremos de apropriação.

Se trata de um “parlamentarismo” podre, no qual os parlamentares não assumem nenhuma responsabilidade pela gestão, apenas se dedicam a arrancar nacos do orçamento para seus fins pessoais e familiares. Tudo isso sob o controle de uma espécie de familiocracia miliciana .

O BRASIL “PRESIDENCIALISTA” ACABOU?

Com efeito, tudo indica que o Brasil “presidencialista” de tempos atrás, acabou: entramos num híbrido institucional não formalizado, próximo de um parlamentarismo de fachada, que vai nos levar à anarquia política nos anos à frente

Votos à parte, a desorganização financeira e orçamentária promovida pelo atual governo vai impactar negativamente as contas públicas estaduais e da União durante anos à frente. Não existe mais processo orçamentário, e sim uma extrema fragmentação dos recursos públicos em milhares de emendas paroquiais, sem qualquer sentido de planejamento racional e com amplo espaço para a corrupção.

Esta é a verdadeira herança maldita a ser deixada pelo desespero eleitoral do atual dirigente, ao lado da destruição total da cultura, da educação e do fomento à C&T. O Brasil se degrada politicamente pela pior gestão administrativa na história e pelo avanço de um falso parlamentarismo criado e mantido pelo estamento político predatório que se firmou no país.

O número de partidos pode até diminuir — embora apenas formalmente —, mas os caciques partidários passam a controlar um volume exponencial de recursos públicos, dados os fundos

Partidário e Eleitoral ao lado do estupro orçamentário de todos os tipos de emendas. Conseguimos nos rebaixar deliberadamente, pela completa ausência de estadistas, ou de dirigentes responsáveis, seja na classe política, seja entre as elites econômicas.

O Brasil se suicida lentamente, não por um projeto consciente, mas pela extrema mediocridade dos que estão no comando político e econômico do país, não excluindo as corporações de Estado desse processo, mandarins do Estado focados exclusivamente em seus ganhos patrimonialistas, inclusive militares e aristocratas do Judiciário.

Cabe, portanto, prepararmo-nos para uma mudança institucional para pior no Brasil, nos próximos anos, independentemente dos que forem eleitos, em todos os cargos em outubro de 2022. A ideia de uma nação voltada para o futuro terminou: os feudos cuidam apenas de si mesmos. A degradação interna e internacional do Brasil já se tornou visível aos olhos do mundo inteiro. Cada vez mais quadros formados estão abandonando o país.

SOBRE ALGUMAS DAS RAZÕES DE NOSSO ATRASO POLÍTICO E ECONÔMICO

Não existe nenhuma novidade ao se afirmar que o cenário visível do desalento nacional é caracterizado pelo aumento da miséria e da pobreza da população mais carente e a total falta de educação cívica em amplos setores do eleitorado, dois fatores potencializados pelo crescimento do evangelismo extrator, isto é, a indústria religiosa predatória dos pobres e deseducados.

Se a Receita Federal tivesse condições de avaliar o volume de dinheiro que é carregado de forma praticamente subterrânea para as arcas dos pastores — um indústria que talvez iguale, ou supere, os tráfico de todos os tipos — constataria que ele é muitas vezes maior do que todo o “maná” governamental sob a forma de “auxílio à pobreza”, sobretudo porque o maná dos pastores passou do dízimo arrecadado voluntariamente ou das bolsinhas circulando nos cultos, para a forma

mais moderna do Pix oficial das "igrejas" (o que aliás facilitaria a avaliação do oceano de dinheiro manipulado por esses "pastores da fé").

O crescimento da demagogia religiosa juntou-se ao velho populismo eleitoral para levar o Brasil para trás, e não apenas no sentido cívico, mas propriamente educacional. Daí decorrem políticas gerais, inclusive econômicas, altamente equivocadas que rebaixam o capital humano daqueles mais desprovidos.

É um imenso problema, nunca resolvido mesmo nos anos de estabilização macroeconômica e que está arrastando o Brasil para trás e para baixo. A diminuição da renda e o aumento dos pobres e famintos são visíveis a olho nu, o que não é só uma decorrência da crise da epidemia e da guerra. A má qualidade do estamento político faz o resto, ao produzir baixo crescimento (ou nenhum em termos per capita, e até recuando), pela adoção de políticas inconsistentes ou simplesmente direcionadas a privilegiar os já ricos.

As políticas de "assistência à pobreza" não eliminam na verdade a pobreza, apenas subsidiam o consumo dos mais pobres, e podem até provocar efeitos deletérios, sobre o mercado de trabalho, por um lado (ao alterar o custo desse fator no plano microeconômico), e, por outro lado, sobre a chamada agricultura de subsistência ou atividades muito elementares que atuavam como "renda" não monetária (e, portanto, não computada nos levantamentos baseados em moeda circulante).

Se havia desnutrição, subnutrição ou até surtos epidêmicos de fome localizada (secas em determinadas regiões do agreste, por exemplo), não havia gente condenada a morrer de fome pela ausência de ajuda assistencial do governo ou inexistência de alternativas. Um equilíbrio precário, mas não o quadro de pessoas realmente passando fome extrema, pela ausência de algum maná público.

O desequilíbrio ou interrupção das ajudas levou à dependência passiva, e, portanto, a casos agudos de fome, pois a expectativa era a ajuda, não a busca ativa ou desesperada de uma solução ao nível individual. O tão apregoado e incensado "maior programa de assistência social do mundo"

pode ter criado uma cultura da dependência nefasta no plano dos comportamentos sociais e individuais.

O "Estado" — isto é, políticos demagogos do governo — perpetuam a solução da ajuda pública, pois parece um expediente mais fácil — ou útil eleitoralmente— do que a educação de massa de qualidade e políticas de produtividade do capital humano. As políticas de combate à pobreza podem estar perpetuando a pobreza.

Poderemos superar os tremendos obstáculos políticos que obstam, presentemente, um processo sustentado de crescimento econômico, com transformação produtiva e distribuição socialmente equitativa dos frutos desse crescimento? Talvez, mas para isso seria necessário um grande esforço da cidadania no sentido de renovar a representação política, empreender as reformas institucionais e econômicas indispensáveis e renovar o sentido de união nacional em torno dos legítimos interesses da população mais pobre. Persistem fundadas dúvidas sobre se tal esforço tem condições de ser levado adiante por estadistas responsáveis, inclusive porque uma das razões do declínio relativo é justamente a falta de estadistas responsáveis que se apresentem à sociedade com um discurso renovado de unidade nacional em torno de metas e objetivos efetivamente conjugados.

O principal obstáculo parece residir, como já se afirmou repetidas vezes, na notória mediocridade de nossas elites. O atraso não é tanto material, quanto ele é essencialmente mental.

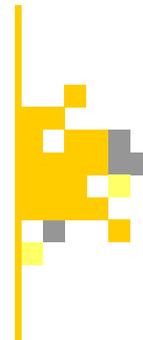
ELEIÇÕES BRASILEIRAS 2022 EDIÇÃO ESPECIAL

Rodrigo Augusto Prando¹

ENSAIO

JAIR BOLSONARO: 2018-2022 – DISCURSO, AÇÃO POLÍTICA E ELEIÇÕES

JAIR BOLSONARO: 2018-2022 – SPEECH, POLITICAL ACTION AND ELECTIONS



INTRODUÇÃO

Buscar-se-á à guisa de ensaio trazer à tona aspectos políticos e seus respectivos contextos em relação ao ano de 2018 do então candidato e presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro e, em 2022, o candidato à reeleição, Bolsonaro.

De 2018 a 2022, contudo, há elementos que merecem atenção no que tange ao discurso e à ação política de Bolsonaro e dos bolsonaristas.

Houve, nestes mais de três anos de Governo Bolsonaro, uma vigorosa produção intelectual de cientistas sociais, historiadores, jornalistas e intelectuais que se debruçaram acerca do fenômeno político que levou à eleição do atual presidente da república, bem como pesquisas atinentes à emergência da direita, de uma nova direita, da extrema direita, do tensionamento e dos ataques à democracia, da morte da democracia, do populismo, das redes sociais, dos fenômenos das *fake news*, da pós-verdade, das teorias da conspiração e do negacionismo.

Impossível, obviamente, apresentar, aqui, ao leitor um balanço da eleição de 2018, dos pontos principais do Governo Bolsonaro e da eleição de 2022, que, ainda, não chegou ao primeiro turno. No entanto, objetiva-se, dentro de limites claro, apresentar uma visão panorâmica do ambiente político e da ação política levada a cabo por Bolsonaro.

Às vésperas do primeiro turno, agora, em 2022, muitos analistas, jornalistas e formadores de opinião ainda não entendem a lógica intrínseca à política bolsonaristas. Da mesma forma que, em 2018, Bolsonaro era tratado como uma personalidade tosca, folclórica e limitada às redes sociais, novamente, nos dias que correm, transparece um preconceito em relação a Bolsonaro como, durante anos, o mesmo ocorria em relação a Lula. Dizem, os apoiadores de Lula, que Bolsonaro não passa de um ignorante, fascista, genocida; afirmam, de outra parte, os bolsonaristas, que Lula é um ignorante, pouco estudado, corrupto e que quer voltar à cena do crime. Da militância política espera-se, sempre, defesas e ataques apaixonados em relação aos seus candidatos e aos adversários.

Os analistas, entretanto, devem, por dever de ofício, ultrapassar a superficialidade das opiniões e mergulhar mais a fundo, objetivando melhor compreender os elementos estruturais e conjunturais envolvidos nos processos históricos. Reclama-se, no bojo das análises, de imaginação sociológica e de imaginação política. É assaz simplista, por exemplo, afirmar que o eleitor de Bolsonaro é um tosco e que, por isso, vota num candidato que tem ideologia e valores próximos dos seus. Sem dúvida, que tal fato se dá: muitos dos que votaram e que votarão em Bolsonaro são, assim como ele, prenes de uma visão de mundo

¹ Professor e Pesquisador da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Graduado em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Sociologia, pela Unesp.

que, não raro, é autoritária, preconceituosa e avessa aos princípios republicanos. O busílis da questão é que muitos outros não concordam com todas as ideias ou ações de Bolsonaro e, novamente, votarão nele.

Bolsonaro, em 2022, deixa de ser uma pedra que, em grande parte de sua trajetória política, foi atirada nas vidraças de seus adversários – convertidos em inimigos – e no próprio sistema político e nas instituições. O candidato à reeleição é, hoje, uma grande vidraça e coloca seu governo na berlinda da avaliação da opinião pública. Seu principal contendor, Lula, apresenta-se como opção, opção que mira no passado e, com isso, quer comparar-se ao governo em voga. Em breve, saberemos o resultado do embate político-eleitoral.

UMA ELEIÇÃO DISRUPTIVA?

Há quem, nos estudos acerca da eleição de 2018, tenha considerado a vitória de Jair Bolsonaro como uma eleição disruptiva². O contexto social, econômico e político, em 2018, deixava claro que os candidatos que se colocassem como oposição ou antissistema ou mesmo *anti-establishment*. O Brasil conhecia os estertores do Governo Michel Temer e a avaliação era sofrível (mais de 60% de ruim e péssimo e apenas 7% de ótimo e bom).

Além disso, a força da Operação Lava Jato estava presente na mídia e no sentimento de parcela considerável dos brasileiros cansados e revoltados, em muitos casos, com a corrupção.

Neste cenário, o Juiz Sérgio Moro encarna, no imaginário político, a figura de herói que não apenas julgou os responsáveis pelas ações de corrupção, mas, sobretudo, que levou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à prisão, após condenação em segunda instância. Não à toa, o epíteto “República de Curitiba” tornou-se comum e Moro junto aos Procuradores do Ministério Público são guindados ao estrelato midiático e, por

isso, eram depositários de esperança de parte da população.

O Partido dos Trabalhadores (PT) estava no seu pior momento: Lula preso e não podendo concorrer à eleição, a vívida lembrança dos casos de corrupção no bojo do governo petista e o impeachment de Dilma Rousseff. Nos últimos momentos, a decisão petista veio de lançar a candidatura de Fernando Haddad para a presidência da república, no lugar de Lula, preso e impedido de disputar por conta da Lei da Ficha Limpa, tendo sido condenado em segunda instância, condenação colegiada.

Foi, portanto, neste ambiente que Jair Messias Bolsonaro, deputado federal pouco expressivo, do chamado “baixo clero”³, foi ganhando corpo e musculatura política e eleitoral. Sua trajetória parlamentar era vista como pouco séria, recheada de episódios alicerçados sobre preconceito e de elogios ao Regime Militar e à ditadura instaurada, bem como tecia loas aos conhecidos torturadores. Durante do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o então deputado Bolsonaro, em entrevista, havia dito que o erro da ditadura foi não matar mais, já que, em sua visão, deveriam ter matado uns 30 mil e começando pelo próprio presidente. Obviamente, alguns inocentes teriam morrido, mas esse era o preço para escapar dos perigos da esquerda, dos comunistas.

Bolsonaro foi, na sua formação, militar, de baixa patente, mas com alto potencial explosivo, no sentido figurado e concreto. Foi julgado e expulso do exército e, em sua saída, recebeu a patente de Capitão⁴. Um de seus planos era explodir adutores de água objetivando chamar a atenção para os ganhos salariais dos militares. Assim, mesmo tendo sido expulso do exército, foi formando sua base política entre militares, das Forças Armadas e das polícias. Foi, primeiramente, eleito vereador pela cidade do Rio de Janeiro, onde fincou raízes junto à sua família. Na condição de Presidente da República, Bolsonaro conta com

² A eleição disruptiva é tratada por Moura e Corbellini (2019).

³ Carvalho (2019) e Ghiraldelli (2019) explicam parte da trajetória de Bolsonaro.

⁴ Carvalho (2019).

três dos filhos no mundo político: um vereador no Rio de Janeiro, um deputado federal e um senador da república; Carlos Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro e Flávio Bolsonaro, respectivamente. Sobre o senador Flávio Bolsonaro encontram-se, com idas e vindas, suspeitas da prática de “rachadinha” em seu gabinete, ou seja, funcionários que, após receberam seus salários como assessores parlamentares, devolviam boa parte ao político.

Uma família na política, em posições importantes, com acesso às redes sociais e com um pai candidato à presidência. Combinação perfeita para jogar por terra as considerações de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, de que o Estado não pode ser continuação dos interesses familiares. O chamado Clã Bolsonaro entende o Estado, a política e as questões públicas como extensão de seus interesses privados. Jair Bolsonaro nunca foi afeito à liturgia do cargo, seja qual cargo fosse, mas fica assaz alterado ao ser questionado sobre seus filhos, ex-esposas ou esposa ou em relação aos seus amigos⁵.

São abundantes os exemplos de falas de Bolsonaro que, no universo político, conseguiam chamar a atenção da mídia⁶. Seu perfil constituiu-se, assim, num político que era sincero, autêntico⁷, o verdadeiro “tio do churrasco”, que, em todas as famílias, está representando naquele que faz piadas ou brincadeiras preconceituosas, mas é querido por boa parte dos familiares. Numa discussão com uma parlamentar, uma deputada do PT, Bolsonaro disse que não a estupraria porque ela não merecia, em alusão de que, no Regime Militar, a prática foi, infelizmente, verificada em situações de prisão e tortura de mulheres. Noutro episódio, disse à uma conhecida artista que o seu filho não se casaria com uma negra, pois havia sido bem-educado. Sempre

representante de um modelo machista, Bolsonaro disse que preferia um filho morto a o encontrar com um outro homem. Acerca da população negra e quilombola afirmou que eles pesavam muitas arrobas e que sequer serviam para reproduzir. No seu voto pelo impeachment de Dilma Rousseff, dedicou ao militar Carlos Brilhante Ustra, notório torturador e, em suas palavras, o “terror de Dilma Rousseff” (Dilma havia sido presa e torturada na Ditadura). Em relação às mulheres, asseverou que tinha tido quatro filhos homens e, num momento de fraquejada, teve uma filha; ou, então, quando deixou claro que mulher deveria ganhar menos que os homens no mercado de trabalho. Há, à disposição, livros que coligem parte substancial de todas essas afirmações de Bolsonaro ao longo de sua trajetória.

Um desavisado pode questionar: como uma figura política como Jair Bolsonaro conseguiu ser eleita? Parte considerável dos jornalistas, dos analistas e dos cientistas políticos não acreditava na vitória de Bolsonaro. Muitos tinham a crença de que na campanha eleitoral os seus adversários iriam colar em Bolsonaro a marca de um político raso, preconceituoso, pouco aparelhado intelectualmente e de valores autoritários. Não tardou para que ficasse conhecido como “candidato teflon”, pois as críticas não colavam nele de jeito nenhum. Outros tantos apostavam: nos debates será trucidado pelos adversários. Participou, salvo melhor juízo, de apenas dois debates e teve desempenho sofrível. Um evento impactante e que o preservou do debate com os adversários e questionamentos mais profundos dos jornalistas foi o atentado que sofreu sendo esfaqueado no estado das Minas Gerais.

Não raro, atribuem sua vitória a essa facada, mas isso é incorreto⁸. Analisando as

⁵ Para melhor entender as fronteiras - e quando estas são ultrapassadas - do Estado e da família, pode-se consultar Holanda (2006), especialmente, no capítulo “O homem cordial”, bem como Almeida (2007) que, ao desvendar a “cabeça do brasileiro”, trata do tema nos seguintes capítulos: Cap.1 “Corrupção: com jeitinho parece que vai”, Cap. 3 “Cada um cuida do que é seu e o governo cuida do que é público” e Cap. 4 “Fatalista, familista e com pouco espírito público”.

⁶ Barreto Jr. (2021) colige 1.560 frases proferidas por Bolsonaro e seus seguidores.

⁷ Segundo Moura e Corbellini (2019), as pesquisas qualitativas sempre apontavam que, para muitos, Bolsonaro era caracterizado como autêntico, sincero, que falava o que tinha que falar sem se importar com os resultados ou com o ambiente no qual estava.

⁸ Cf. em Moura e Corbellini (2019) e Almeida e Garrido (2022).

pesquisas e o cenário geral, Bolsonaro foi o candidato que, dado o esgarçamento das relações políticas, da situação difícil do PT e da péssima avaliação do Governo Temer, assumiu a posição de oposição e, no seu caso, oposição a “isso tudo que está aí”. As eleições de 2018 tiveram uma parcela significativa de participação das redes sociais⁹. Enquanto os candidatos montavam suas equipes de campanha no universo digital, Bolsonaro já era chamado de mito a pelos uns dois anos.

Uma nova direita (para alguns uma extrema direita) já mostrava seus primeiros sinais nas comunidade do *Orkut* e, depois, foi ganhando terreno em outras redes sociais. Em muitos casos, nas universidades e nos meios de comunicação, apresentar-se como alguém de direita era colocar-se na posição de alguém que seria estigmatizado e marcado como um defensor da ditadura, do arbítrio do Regime Militar brasileiro. Assim, enquanto o *lulopetismo* governava (Lula por oito anos e Dilma por seis) engendrava-se, no bojo da política nacional, núcleos e personalidades que ganhavam destaque por não apenas apresentar-se como de direita, mas, abertamente, lutando contra a esquerda em geral e o PT em particular.

O falecido e autointitulado filósofo Olavo de Carvalho jogou papel fundamental na formação desta nova direita¹⁰. Suas ideias e a forma como escrevia ou se comunicava por meio das redes sociais e com seus cursos foram fundamentais para elaborar um conjunto de valores compartilhados. A retórica *olavista* foi, assim, de encontro com a prática política bolsonaristas, mormente, no que tange à violência simbólica que transformava adversários em inimigos. Vale, aqui, ressaltar que o *lulopetismo* foi uma eficiente fábrica de construção de narrativas. Foram deles a formulação “herança maldita” para caracterizar a gestão tucana de FHC; de que o PSDB havia quebrado o Brasil várias vezes; de Lula que, sempre, bradava “nunca antes na história desse país”; do famigerado “nós contra eles” ou em 2014

quando Marina Silva foi caracterizada pelos petistas como alguém que tiraria comida da mesa do trabalhador. No campo discursivo, não foi Bolsonaro ou os bolsonaristas que criaram essa onda de ataques aos adversários, mas Bolsonaro e os seus surfaram essa onda como poucos.

O fato é que, lembrando Maquiavel, a política é o que ela é e não o que gostaríamos que ela fosse, Bolsonaro e seu estilo discursivo conjugado à sua ação política com viés populista, preconceituoso, familista e autoritário caiu nas graças de parte considerável do eleitorado. Seus eleitores, em 2018, não foram apenas dos bolsonaristas raiz, aqueles que seguem e seguirão Bolsonaro em qualquer opção, inclusive dos ataques à democracia e às instituições; foram, também, os que se colocavam como antipetistas, conservadores, religiosos (especialmente, no campo evangélico), liberais e muitos, não nos esqueçamos, que, como Bolsonaro, são preconceituosos e autoritários e se sentiram plenamente representados pelo político sincero e contra o politicamente correto.

Em decisão em segundo turno, Bolsonaro venceu Haddad e tornou-se presidente da república.

OS PILARES DO NOVO GOVERNO: LIBERALISMO E CORRUPÇÃO

Já durante a campanha eleitoral, Bolsonaro apresenta suas ideias-forças: liberalismo na economia (privatizando e diminuindo o tamanho do Estado) e o conservadorismo nos costumes. Seu lema: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Bolsonaro foi, como deputado, absolutamente distante dos princípios do liberalismo econômico. Foi, em sua dimensão política, corporativista, estatizante e intervencionista. Contudo, nas eleições, Bolsonaro assumiu entender pouco de economia, mas que tinha seu “Posto Ipiranga”, o economista liberal Paulo Guedes. Assim,

⁹ Há bons estudos acerca do fenômeno da direita e da extrema direita: Nobre (2020); Pinheiro-Machado e Freixo (2019); Prado (2021); Rocha (2021a)

¹⁰ Pode-se consultar os próprios livros de Olavo de Carvalho: Carvalho (2018a e 2018b) e especialistas que estudaram o impacto de Olavo de Carvalho na política brasileira: Carvalho e Bugalho (2020); Prado (2021); Rocha (2021a) e Rocha (2021b).

sinalizando para o mercado, um dos pilares de seu plano de governo era alicerçado por Guedes, liberal da Escola de Chicago.

Além disso, o desgaste do PT e a luta contra corrupção teve, no Governo Bolsonaro, uma presença ilustre: Sergio Moro. Moro abandonou a magistratura e foi convidado para assumir o Ministério da Justiça e isto significava, à luz dos bolsonaristas e lavajatistas, que Moro poderia replicar sua experiência promovendo uma grande e eficiente Operação Lava Jato. Uma Lava Jato nacional que fosse capaz de nos purgar e livrar de toda a corrupção.

Logo após a eleição, com Bolsonaro já vitorioso, Paulo Guedes já confirmado um ministro todo poderoso, superministro, conjugando várias pastas sob sua responsabilidade, foi se encontrar com o Presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB). Na ocasião, Guedes pressionou Oliveira para que este pautasse logo a reforma da previdência, ainda no Governo Temer, mas que, para isso, o Presidente Temer deveria encerrar a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro. Desconhecendo a liturgia do cargo e pressionando o presidente do Senado, Guedes causou má impressão pois queria pressionar um parlamentar sem nem mesmo ter assumido sua posição no novo governo. Depois, para piorar, Guedes declarou que havia dado uma “prensa” no Senado. Oliveira afirmou, aos jornalistas, que quem havia acompanhado a conversa tinha ficado horrorizado com a atitude arrogante de Guedes e declarou que “Esse povo que vem aí não é da política; é da rede social”. Depois, como se sabe, a reforma da previdência foi aprovada muito mais pelo empenho de Rodrigo Maia (DEM), do que pela força política ou articulação proveniente do Presidente Bolsonaro ou de suas lideranças no Congresso Nacional.

Já Sérgio Moro, guindado à condição de Ministro da Justiça e da Segurança Pública, não demorou a se desentender com Bolsonaro, pois no âmbito da Justiça e, principalmente, da Polícia Federal (PF) existiam investigações que miravam alguns dos filhos e amigos do presidente da república. Em inúmeras ocasiões, Bolsonaro

desautorizava Moro e, segundo o linguajar dos jornalistas cronistas de Brasília, “fritava” em público seu ministro. Ao que tudo indica, Moro era importante para sinalizar à sociedade e ajudar na eleição e, no governo, era dispensável. Numa das trocas da direção da Polícia Federal, Moro deixa o governo acusando Bolsonaro de interferir politicamente na PF visando interesses não republicanos e ao arripio da lei. Tal fato engendrou nova investigação do presidente.

Praticamente por todo o mandato, tanto Guedes como Moro, perderam status e poder. Guedes até poderia ter tido boas intenções, mas as ações políticas do presidente não foram efetivas na direção do liberalismo econômico, da liberdade econômica, das privatizações no volume prometido e das reformas estruturantes, também prometidas. O cenário pandêmico veio a exigir, como não poderia deixar de ser, mais Estado e ação direta e concreta do governo objetivando mitigar as crises sanitária e econômica provenientes da Covid-19. Ademais, o estilo confrontador de Bolsonaro – e, a partir de determinado momento, com ajuda de Guedes – impediu a tranquilidade e previsibilidade que o mercado sempre almeja no campo político.

Moro, por sua vez, deixou o governo e foi para o exterior, trabalhar na iniciativa privada. Sua conduta como juiz, contudo, foi questionada não apenas politicamente pelos petistas, mas, também, por diversos juristas. O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou Moro um juiz parcial e, além disso, as ações que tiveram a Vara de Curitiba foram anuladas e, por conta da idade, vários crimes dos quais Lula havia sido investigado e condenado tornaram-se prescritos. Áudios obtidos por hackers mostravam conversas e trocas de mensagens entre Moro e Procuradores da Força Tarefa da Lava Jato e em tais diálogos, operadores do Direito entenderam que, de fato, Moro combinava ações com a Procuradoria e, portanto, não havia sido imparcial e garantido a paridade de armas entre a acusação e defesa no julgamento do ex-presidente Lula. Retornando ao Brasil, Moro filiou-se a um partido político na intenção de disputar a presidência da república,

todavia, mudou de partido e abandonou a pretensão presidencial com vistas a disputar uma vaga como Senador, mas pelo estado de São Paulo. A justiça eleitoral não reconheceu que Moro possuía vínculos com São Paulo e o ex-juiz e ex-ministro voltou ao Paraná para dar continuidade à disputa por aquele estado.

Dos vários conjuntos de ministros de Bolsonaro, havia, resumidamente, o grupo ideológico; o grupo militar e o chamado grupo de ministros técnicos. Guedes e Moro, escolhas de Bolsonaro, fizeram (Moro) e faz (Guedes) parte deste último. Bolsonaro e os bolsonaristas, na campanha e no governo, bradavam, peremptoriamente, que estavam ali contra a “velha política”, contra o sistema. Destes dois pilares inaugurais do bolsonarismo, pouco sobrou até meados de setembro de 2022.

A VELHA POLÍTICA E O BOLSONARISMO: O DISCURSO É ENCANTADOR

Conforme dito acima, 2018 conjugou um cenário que se apresentou assaz favorável aos candidatos de oposição e quem encarnou a mudança, naquele estilo de que se tem que mudar tudo, para que tudo permaneça como estava, foi Bolsonaro.

No discurso de campanha, Bolsonaro¹¹ atacou a esquerda e o aparelhamento do Estado pelo PT. Atacou o politicamente correto. Atacou a reeleição. Atacou a imprensa e os jornalistas. Atacou as mulheres, negros, homossexuais. O tom beligerante, imaginava-se, cessaria com o início das responsabilidades de governar. Imaginava-se, ainda, que os ministros técnicos e os militares imprimiriam um teor de racionalidade ao governo e amainariam os arroubos presidenciais. Ledo engano.

A governabilidade, no Brasil, povoado de

muitos partidos, sempre exigiu do presidente vitorioso, diálogo, concessões e compartilhamento, em maior ou menor grau, do poder político. Assim, na clássica tese de Abranches teríamos um “presidencialismo de coalizão”¹² ou, décadas depois, a argumentação de Marcos Nobre o “pemedebismo”¹³. Fernando Henrique Cardoso asseverou, em uma de suas obras, que o PT havia substituído o “presidencialismo de coalizão” pelo “presidencialismo de cooptação”¹⁴, especialmente, no famigerado caso do Mensalão. Bolsonaro, por sua vez, inaugurou um “presidencialismo de confrontação”.

No presidencialismo de confrontação, mais importante do governar é confrontar. Desta forma, Bolsonaro manteve, ao longo de todo o seu mandato, as relações tensas com a sociedade, com a mídia, com ONGs, com cientistas, com os chefes dos outros Poderes (Legislativo e Judiciário), com artistas e intelectuais, com as instituições da república, com órgãos governamentais e até com governantes estrangeiros. A política deixou de se apresentar como um confronto de ideias, valores e projetos, cuja existência de adversários é reconhecida e até saudável. No bolsonarismo, o adversário tornou-se inimigo e, no universo bélico, o inimigo deve ser eliminado.

Avolumam-se no discurso presidencial e de políticos e da militância raiz bolsonaristas violência simbólica, ataques e uso das redes sociais como espaço de disseminação e amplificação de *fake news*, pós-verdades, teorias da conspiração e de negacionismos¹⁵. O problema é que, paulatinamente, a violência simbólica acaba concretizando em violência concreta, física. Dois petistas foram assassinados por apoiadores do presidente Bolsonaro, candidatos no campo da esquerda foram ameaçados e o clima polarizado coloca todos em estado de estresse permanente. As condutas presidenciais, por sua vez, são, quase sempre, de tensionamento do tecido democrático

¹¹ Cf. em Almeida e Garrido (2022).

¹² Cf. em Abranches (2018).

¹³ Cf. em Nobre (2013).

¹⁴ Cf. em e Cardoso (2015).

¹⁵ Cf. em Prando (2021).

e com discursos direcionados às urnas eletrônicas e ao sistema eleitoral brasileiro. Assim, da mesma forma que Donald Trump, Bolsonaro cria um ambiente propício ao não reconhecimento do resultado das eleições de 2022.

Os ataques bolsonaristas à velha política foram, nas eleições e durante o governo, constantes. A velha política é entendida como o “toma lá dá cá”, o fisiologismo e, no limite, a corrupção. Por isso, o bolsonarismo é repleto de virtudes e estas deveriam combater os vícios e práticas nefastas no seio da política e das instituições. A ponta de lança da velha política estaria representado pelo Centrão, conjunto de partidos com características, muitas vezes, fisiológicas e distantes do republicanismo.

Houve, até, momento, em que o General Augusto Heleno, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, ao se referir ao Centrão, cantarolou, num evento, “se gritar pega Centrão, não fica um, meu irmão”, trocando da letra original da música, “ladrão” por “Centrão”.

A forma de fazer política de Bolsonaro, dos bolsonaristas, nas ruas e nas redes sociais, levou a uma intoxicação do debate público. Com afirmações absurdas, ataques destemperados, discurso de ódio e boa dose de *fake news* o presidente conseguiu praticamente pautar a mídia tradicional. Segundo Giuliano Da Empoli, em *Os engenheiros do caos*, Bolsonaro, assim como Trump, nos EUA, promovem, com seus discursos e práticas, um carnaval populista numa alucinante espiral de absurdos numa lógica na qual o absurdo de hoje é substituído pelo absurdo de amanhã e assim, sucessivamente, até colocar a sociedade num estado de torpor, gerando uma naturalização da grosseria, dos absurdos, dos ataques; dificultando, sobremaneira, a diferenciação de fatos, da verdade objetiva, das *fake news* e das narrativas alicerçadas sobre a pó-verdade¹⁶.

A PANDEMIA: FAKE NEWS, PÓS-VERDADE, TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO E NEGACIONISMO.

Em 2019, primeiro ano do mandato de Bolsonaro, o mundo toma contato com uma situação que se conhecia apenas pelo conhecimento histórico ou pela ficção, ao menos para a maioria das pessoas. O coronavírus nos mergulha numa pandemia.

Inegável que cientistas, médicos, políticos e a população não sabiam o que fazer e como lidar com a situação que, dia após dia, se agravava. Nunca, antes, os cientistas, bem como os profissionais de saúde foram confrontados com uma árdua realidade, colocando todo o seu cabedal teórico e conhecimento prático a prova.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), à luz do conhecimento disponível, sem tratamentos eficazes para a doença e sem vacina, recomendou graus de distanciamento e isolamento social objetivando achatar a curva de contaminação. A doença em seus quadros mais graves levou à UTI milhares de pessoas, ao uso contínuo de oxigênio e os óbitos se avolumavam mundo afora, com caminhões frigoríficos repletos de cadáveres.

Bolsonaro, em que pese sua formação militar básica, poderia, naquele momento, ter tratado o vírus como o grande inimigo a ser vencido. Poderia ter feito um chamamento à sociedade brasileira e aos cientistas e médicos, todos, unidos, em prol de equacionar e resolver um problema que se apresentava como uma conjugação de crises: sanitária, de saúde pública, econômica, educacional. Contudo, a estas crises, o presidente resolveu colocar mais uma: uma crise política.

Distante das recomendações da OMS, dos cientistas e de renomados médicos, Bolsonaro recebeu com desdém o coronavírus a ponto de afirmar que não passaria de uma gripezinha. Com doentes avançando para estados graves e com aumento considerável de óbitos, apresentou insensibilidade ímpar ao dizer que não poderiam

¹⁶ Cf. em Empoli (2019); Cunha (2019) e D’Ancona (2018).

esperar muito dele, já que não era Coveiro. Desta forma, o presidencialismo de confrontação ganhou contornos surreais. O presidente, assessorado por um gabinete paralelo, desautoriza seu ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta, e, incrivelmente, leva à sua demissão e, dali em diante, o ministério estratégico ficará acéfalo, sabotado pelo próprio líder da nação.

Ao assumir que vidas seriam perdidas e lidar com menoscabo com a pandemia, o presidente e os bolsonaristas atacaram às ações propostas para mitigar a contaminação, promovendo fechamento de serviços considerados não essenciais. Neste momento, o lema dos bolsonaristas era o de manter a economia funcionando, pois, em suas visões, a crise econômica ceifaria mais vidas que a Covid-19. Algo mais surpreendente, os doentes e os óbitos deixaram de ser divulgados com transparência pelo poder público e só foram conhecidos após a formação de um consórcio de veículos de mídia.

Na ótica presidencial, o STF o havia impedido de atuar no combate à pandemia. Assim, os inimigos, naquele momento, eram, além dos STF, os governadores e os prefeitos. A decisão do STF não impediu o presidente de agir, apenas deixou claro que a questão deveria ser tratada à luz da Constituição e das esferas municipal, estadual e federal, cada uma dentro de suas responsabilidades.

No Brasil, o cenário pandêmico foi agudizado pelas ações e omissões governamentais, contando, aproximadamente, com 685 mil mortos até meados de setembro de 2022. Fora os números alarmantes, a pandemia teve outro vírus, o da desinformação, das fake news. Somaram-se a estas as teorias da conspiração que geraram medo e desconfiança em relação às vacinas. Numa disputa pessoal com o Governador de São Paulo, João Dória (PSDB), para registrar quem seria o pai da vacina, o presidente perde a disputa, mas deixou um rastro de atrasos, má gestão e negacionismo.

Sua gestão na pandemia – ou falta dela – acirrou as inúmeras oposições, políticas e da sociedade civil, engendrando uma quantidade

enorme de pedidos de impeachment. Até meados de 2022, haviam sido registrados cerca de 145 pedidos de impeachment contra Bolsonaro. A pandemia, desta forma, foi capaz de gerar uma enorme insatisfação com o governo, refletido nas avaliações oriundas das pesquisas e, não raro, uma soma de ruim e péssimo próximo dos 50%. Entretanto, até nos piores momentos de sua gestão, com avaliação negativa elevada, Bolsonaro conseguiu manter sua base de apoio coesa e constantemente inflamada.

Estamos a menos de um mês das eleições e nenhum dos processos de impeachment foi levado à votação pelos Presidentes da Câmara dos Deputados: Rodrigo Maia, opositor ao governo e Arthur Lira, aliado de Bolsonaro.

E, DE NOVO, A VELHA POLÍTICA: NA PRÁTICA, COM O CENTRÃO

Como, pode perguntar o prezado leitor e a prezada leitora, Bolsonaro concorre à reeleição, não sofreu impeachment e tem chances de ser reeleito?

A resposta às questões complexas não pode, jamais, ser simplista. Todavia, arrisco-me a dizer que a vida política de Bolsonaro tem, até o momento, duas cidadelas que o protegem: a presidência da Câmara, Arthur Lira, de um lado; do outro, o Procurador Geral da República, Augusto Aras. Ambos são alinhados ao presidente e são o anteparo institucional, seja no campo político ou jurídico que, até aqui, preservaram a presidência de Bolsonaro.

Aliás, não se têm notícias do General Heleno após o Centrão ter garantido, à custa de Orçamento Secreto, manejado habilmente por Lira, cantarolar “se gritar pega Centrão [...]”. Não, no santuário bolsonarista, coordenação lógica entre o discurso e a prática inexistem. O Centrão tão atacado, na campanha e no início do governo, é o fiel da balança que garantiu a sobrevivência política de Bolsonaro. A retórica é de uma impressionante elasticidade. O próprio presidente afirmou ser do Centrão. Depois de passar quase todo o mandato sem partido político, pois, depois

de eleito, Bolsonaro saiu do PSL, filiou-se ao PL e, com isso, como gosta de afirmar, namorou, noivou e se casou, com o Centrão.

A “velha política”, agora, na prática, não é tão velha. Quando, em entrevista, confrontado pela contradição entre o discurso e a prática, o presidente respondeu ao jornalista se ele tinha do desejo de que o presidente fosse um ditador, pois para governar ou era com o Centrão ou com os paridos de esquerda e com estes não seria possível. A elasticidade discursiva é marca da habilidade política de Bolsonaro, de seu carisma e de sua vivacidade populista e autoritária.

Às vésperas da eleição, o governo consegue aprovar uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) conhecida como PEC Kamikaze e, depois, como PEC das Bondades. Desta forma, conseguiu-se, no Congresso, turbinar uma série de benefícios sociais, como, por exemplo, o Auxílio Brasil no valor de 600,00; recursos para caminhoneiros, taxistas, bem como as sucessivas intervenções na Petrobrás visando diminuir os preços dos combustíveis. A gestão Bolsonaro não apenas driblou as regras fiscais, como, ainda, foi capaz de produzir distorções no jogo eleitoral. De um lado, Lula gostaria de que a corrida eleitoral fossem os 100 metros rasos e Bolsonaro, de outro, uma meia maratona para que, num virtual segundo turno, tenha resultados positivos na economia e, com isso, um melhor humor do eleitorado e maior aprovação de seu governo.

Se a aprovação do presidente subir, ou seja, uma economia vigorosa, as chances de reeleição aumentam consideravelmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DE PEDRA À VIDRAÇA

Como dito, anteriormente, as eleições ocorrerão em mais ou menos duas semanas. Ensina-nos o senso comum, acerca dos indivíduos muitos críticos, que é sempre mais fácil ser pedra do que vidraça.

A pedra quando lançada costuma quebrar a vidraça alheia, após a jogada, seu compromisso é estilhaçar.

Bolsonaro, na condição de vereador, de deputado e de candidato à presidência, em 2018, foi uma grande pedra que serviu nas mãos de milhares de brasileiros, dos bolsonaristas e de eleitores que, do medo do PT ou crenças na promessa de liberalismo, conservadorismo nos costumes e combate à corrupção, deram seu voto de confiança ao capitão reformado do exército.

Nos dias que correm, Bolsonaro poderá reavivar o candidato teflon?

Sua vidraça é, hoje, enorme e os resultados de seu governo estão presentes nas avaliações da opinião pública.

Os que aprovam em seu governo, votam nele e conseguem levá-lo ao segundo turno; os que reprovam votam, em larga medida, em Lula; e, em menor parcela, em Ciro Gomes e Simone Tebet, uma terceira via que não deslançou dada a musculatura política e eleitoral da polarização Lula x Bolsonaro.

Lula quer, principalmente, os votos de Ciro Gomes, procurando um voto útil já no primeiro turno.

Lula, de acordo com as pesquisas, tem larga vantagem no Nordeste, ganha nas Minas Gerais, segundo maior colégio eleitoral e praticamente está empatado com Bolsonaro em São Paulo. Bolsonaro está à frente no voto do eleitorado evangélico, mas é bem rejeitado entre as mulheres. A menor faixa de renda vota em Lula e maior em Bolsonaro. Estados ligados ao agronegócio estão com Bolsonaro.

Até o momento desenha-se um virtual segundo turno entre Lula e Bolsonaro. E um segundo turno disputadíssimo.

Pode ocorrer vitória de Lula num primeiro turno?

Pode, mas é pouco provável; no primeiro turno, o PT e Lula foram derrotados, por FHC, em 1994 e 1998.

Quando vitorioso, o PT – com Lula e Dilma – foram no segundo turno.

Sugestão do Autor

Como asseverado na Introdução, esse retrospecto de 2018 a 2022 é panorâmico, de modo sociológico e político.

Há, ao final deste ensaio, uma recomendação bibliográfica para que, se assim desejarem, possam se aprofundar nos temas e assuntos aqui tratados.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. **Presidencialismo de coalizão**. Raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ALMEIDA, A. C.; GARRIDO, T. **A mão e a luva**. O que elege um presidente. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2022.
- ALMEIDA, A. C. **O voto do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- ALMEIDA, A. C. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.
- AMARAL, L. F. P.; PRANDO, R. A. (Orgs.). **Fake news: riscos à democracia**. São Paulo: Editora do IASP, 2021.
- AVELAR, I. Eles em nós. **Retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2021.
- AVRITZER, L. Política e antipolítica. **A crise do Governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.
- _____.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Orgs.). Governo Bolsonaro. **Retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- BARRETO JÚNIOR, W. **Bolsonaro e seus seguidores**. 1.560 frases. São Paulo: Geração Editorial, 2021.
- BRUM, E. **Brasil, construtor de ruínas – um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2018.
- CARDOSO, F. H. A miséria da política. **Crônicas do lulopetismo e outros escritos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CARVALHO, O. **O imbecil coletivo**. Atualidades inculturais brasileiras. Rio de Janeiro: Record, 2018a.
- _____. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Record: Rio de Janeiro, 2018b.
- CARVALHO, L. M. **O cadete e o capitão**. A vida de Jair Bolsonaro no quartel. São Paulo: Todavia, 2019.
- CARVALHO, H. de; BUGALHO, H. **Meu pai, o guru do presidente**. A face ainda oculta de Olavo de Carvalho. Curitiba: Kotter Editorial; Editora 247, 2020.
- CUNHA, M. V. da. **A tirania dos especialistas**. Desde a revolta das elites do PT até a revolta do subsolo de Olavo de Carvalho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019.
- D'ANCONA, M. **Pós-verdade**. A nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- DEMOCRACIA EM RISCO?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- EATWELL, R.; GOODWIN, M. **Nacional-populismo**. A revolta contra a democracia liberal. Rio de Janeiro: Record, 2021.
- EMPOLI, G. Da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.
- GHIRALDELLI, P. **A filosofia explica Bolsonaro**. São Paulo: LeYa, 2019.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**. Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MOURA, M.; CORBELLINI, J. **A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu**. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- NOBRE, M. **Limites da democracia**. De junho de 2013 ao Governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022.
- NOBRE, M. **Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia**. São Paulo: Todavia, 2020.
- NOBRE, M. **Imobilismo em movimento**. Da abertura democrática ao Governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- OYAMA, T. **Tormenta. O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- PINHEIRO-MACHADO, R.; FREIXO, A. de (Orgs.). **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.
- PRADO, M. **Tempestade ideológica**. Bolsonarismo: a alt-right e o populismo iliberal no Brasil. São Paulo: Editora Lux, 2021.
- PRANDO, R. A. **Discurso político e populismo: caso Governo Bolsonaro**. In: FRATINI, J. (Org.). **Ideologia: uma para viver**. As teorias que orientam o pensamento político atual. São Paulo: Matrix, 2022.
- PRANDO, R. A. **Conhecimento, fake news e política na sociedade brasileira**. In: AMARAL, L. F. P.; PRANDO, R. A. (Orgs.). **Fake news: riscos à democracia**. São Paulo: Editora do IASP, 2021.
- RAIS, D. (Coord.). **Fake News: a conexão entre a desinformação e o direito**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.
- ROCHA, J. C. de C. **Guerra cultural e retórica do ódio**. Crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021a.
- ROCHA, C. **Menos Marx, mais Mises. O liberalismo e a nova direita no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2021b.
- SPYER, J. **O povo de Deus. Quem são os evangélicos e por que eles importam**. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

ELEIÇÕES BRASILEIRAS

2022 EDIÇÃO
ESPECIAL

José Renato Ferraz da Silveira¹

ENSAIO

SILENCIOSO DESESPERO

SILENT DESPAIR



INTRODUÇÃO

Nos atuais tempos de polarização, no Brasil, em que há tépidas paixões de ontem e impetuosos ódios de hoje, eu tento me afastar. Vou para o campo. Ali repouso. Ali sinto. Sinto a alma da Floresta. A asa arrebatada da ave noturna que atravessa o céu. A claridade lunar. A solidão. A profundidade silenciosa da alma. Meus olhos, atentos, observam tudo. Ali, no meio da floresta, há tesouros invisíveis. Um grupo de pequenas fadas dançam em círculo. Elas dançam excitadas com uma gema luminosa. Uma delas as dirige e é bastante autoritária. Ela pede que todas as demais fadas a obedçam e a sigam sem questionar.

Embora esta breve passagem onírica seja uma fantasia num “inverno de descontentamento” e de ansiedade pelo novo que desconrtinará, o sentimento transportado no texto é uma recorrência psíquica da obra *Walden* de Henry David Thoreau²: um manifesto filosófico de experiência existencial em que o autor sugere que uma vida livre e independente é criada a partir do momento que criamos o nosso caminho. Fazemos

nossas escolhas conscientes/inconscientes a partir da nossa visão de mundo (cosmovisão).

Esta introdução literária e não ortodoxa do presente ensaio³ é um resgate das maiores sentenças de Thoreau em que ele afirma que a maioria dos seres humanos leva uma vida de “silencioso desespero”.

O desespero trágico é uma condição humana. O sofrimento é parte constituinte da existência humana. “O sofrimento é condição indispensável da tragédia na política” (SILVEIRA, 2012, p. 146).

Todo homem que despertou dos primeiros sonhos da mocidade, que tem consideração a sua própria experiência e a dos outros, que estudou a história do passado e a da sua época, se quaisquer preconceitos demasiados arraigados não lhe perturbam o espírito, acabará por chegar à conclusão de que este mundo dos homens é o reino do acaso e do erro, que o dominam e o governam a seu modo sem piedade alguma, auxiliados pela loucura e pela maldade, que não cessam de brandir o chicote. Por isso, o que há de melhor entre os homens só aparece após grandes esforços (SCHOPENHAUER, 2014, p. 31).

¹ José Renato Ferraz da Silveira é professor Associado III do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria. Editor chefe da Revista *InterAção*. jreferraz@hotmail.com.  0000-0001-7751-7583

² Henry David Thoreau (1817-1862) é considerado o pai fundador do anarquismo.

³ Este ensaio sardônico é uma breve, descompromissada, provocativa, especulativa e com algumas generalizações e simplificações acerca das eleições e da polarização política no Brasil. É uma tarefa de criar debates e estimular reflexões em torno de todos estes aspectos e elementos abordados. É o marco zero, uma ousadia intelectual na ideia de incorporar ensaios de “mentes prudentes e imprudentes” na revista *InterAção*. O ensaio é um texto opinativo no qual são expostas ideias, críticas, reflexões e visões pessoais. O ensaio problematiza diversas questões sobre assuntos variados, focados pela opinião do autor, e em algumas vezes, apresentam conclusões originais.

Dores, fome, angústias, lágrimas, violência, a falta de esperança e a morte constituem um caleidoscópio cruel e fatal aos mortais que desfilam no palco da vida.

A descrição de Thoreau como uma vida de “silencioso desespero” se ajusta como parte do atual cotidiano político brasileiro.

Estamos em ano eleitoral. E temos uma eleição presidencial considerada polarizada pelos *expertises*.

Num ano eleitoral e definidor de rumos, a questão essencial é: por que não conseguimos reduzir a desigualdade, prevenir a exclusão, melhorar minimamente a infraestrutura do nosso país? Quais são os caminhos do realismo para chegar e realizar não o possível ou o impossível, mas simplesmente o necessário? (SEDUFMS, 2022).

Pois bem, vale registrar os dados da segunda pesquisa do Ipec⁴ no qual houve a estabilidade na intenção de voto entre o Lula e o Bolsonaro no primeiro turno, 44 a 32, respectivamente. É real a possibilidade de segundo turno entre os dois principais candidatos.

Tabela 1 - Primeiro Turno

Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	44%
Jair Bolsonaro (PL)	32%
Ciro Gomes (PDT)	7%
Simone Tebet (MDB)	3%
Branco/Nulos	7%
Indecisos	6%

Fonte: CNN BRASIL (2022).

⁴ Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica. A Companhia, fundada em fevereiro de 2022, afirma ter a mesma capacidade operacional, técnica, metodológica e de atendimento aos clientes do antigo Ibope. O Ipec possui oito sócios, incluindo Carlos Augusto Montenegro, o único membro da Família Montenegro, responsável pelo Ibope desde os anos 1970.

O momento político brasileiro de intensa da polarização “exige” a escolha de um lado⁵. Ressaltemos que antes da campanha eleitoral, já tínhamos um quadro pré-definido entre os dois principais postulantes à presidência da República: o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) e o atual presidente Jair Messias Bolsonaro (PL). É inegável que os apoiadores de Lula e Bolsonaro já debatiam nas ruas e redes sociais – de forma mais virulenta e agressiva – desde o ano passado (2021).

A ESCOLHA DE UM LADO

Na História Ocidental, lemos acerca das encruzilhadas tenebrosas: católico ou protestante, pró ou contra a Revolução Francesa, comunista ou fascista?

“Vermelho ou negro, revolução ou reação, eram as alternativas dos tempos dramáticos dos heróis de Stendhal na guerra napoleônica ou dos de George Orwell e André Malraux na da Espanha” (RICUPERO, 1998, p. 30).

Normalmente, as opções são em geral polarizadas, em preto e branco. Mudar e escolher são inseparáveis como a moeda nas duas faces cara e coroa. “Horas decisivas de ruptura e mudança na história são quase sempre acompanhadas por escolhas dilacerantes entre alternativas radicais e excludentes (RICUPERO, 1998, p. 35).

Por mais que as cores desbotaram e se confundem na névoa das indefinições, muitos ainda querem que definamos o que queremos em dois polos. Nestas épocas excitantes, parece que escolher um lado é crucial. Nada aprendemos da lição do burocrata inglês que trabalhou 30 anos como servidor. Dizem que na festa de despedida dele, o diretor do serviço público inglês perguntou: - Qual foi o seu maior aprendizado? O servidor

respondeu rapidamente: - Aprendi a distinguir as infinitas gradações do cinzento.

De fato, nos tempos de estabilização e continuidade de um projeto, enxergamos os diversos tons de cinza e as opções praticamente desaparecem⁶. Há uma necessidade de manutenção, manter o *status quo*.

Em momentos de crise, há necessidade de outras opções e escolhas⁷. E, normalmente, se limitam a duas⁸. As sociedades humanas parecem obedecer e seguir um padrão binário: falso e verdadeiro, justo e injusto.

⁵ Os dois candidatos e as suas campanhas buscam a confrontação numa luta maniqueísta entre Bem x Mal, Anjos e Demônios, Progresso x Atraso, Riqueza x Pobreza, Democracia x Autoritarismo e etc.

⁶ Mera especulação e rodeio filosófico.

⁷ Outra provocação sem grande fundamentação teórica.

⁸ Há uma necessidade de operar num padrão binário. Tudo fica mais simples e simplificado. Tudo isso simplifica a realidade fragmentada e complexa da vida humana.

O FENÔMENO DA POLARIZAÇÃO ESTÁ PRESENTE NO BRASIL?

De acordo com o levantamento “*Guerras Culturais*”, da Ipsos, existe uma polarização no Brasil (ESTADÃO, 2022):

A polarização política no Brasil supera até as diferenças entre classes sociais e religiões quando o assunto é “tensão social”. A cada dez brasileiros, oito dizem acreditar que há uma tensão elevada no País entre pessoas que defendem bandeiras partidárias diferentes.

De acordo com o estudo da Ipsos, o percentual de polarização no Brasil supera a média global de 28 países. Ainda segundo a pesquisa, briga-se mais por política partidária do que qualquer outro assunto. “Exemplos dessa tensão e violência política não faltam e vão de bate boca em grupos da família até casos extremos, como as ameaças de mortes recebidas por lideranças da esquerda eleitas em 2020” (ESTADÃO, 2022).

As denúncias de crimes que envolvem discurso de ódio na internet cresceram 67,5% no primeiro semestre de 2022 na comparação com o mesmo

Tabela 2 - Entre quais grupos há mais tensão no Brasil? (Em porcentagem)

Apoiadores de partidos diferentes	83%
Ricos e pobres	79%
Diferentes grupos étnicos	73%
Diferentes religiões	73%
Elite e classe trabalhadora em metrópoles	69%
Homens e mulheres	68%
Pessoas com e sem ensino superior	63%
Velhos e jovens	53%
Imigrantes e nativos	66%

Fonte: Estadão.

período do ano passado. Foram quase 24 mil casos recebidos pela Safernet, ONG de proteção dos Direitos Humanos no ambiente digital. Os discursos de intolerância religiosa foram os que mais cresceram no intervalo: **654%**, com **2.813 denúncias**. Depois, apareceram a xenofobia, com aumento de 520% no volume de registros, e o neonazismo, que avançou **120%** (G1, 2022).

Especialistas afirmam que há uma escalada da violência nos anos eleitorais. Por exemplo, a morte de Marcelo Arruda é um exemplo de violência política presente no país

Desde 2014, o Brasil sofre um processo muito grave de polarização política. E isso se acentua pela presença das mídias sociais, que exacerba a polarização política e cria uma animosidade. Elas levam essa polarização para um processo de animosidade, de ódio. É possível ter um processo de polarização que não se baseia em ódios pessoais. Mas no Brasil de hoje, como também nos Estados Unidos, você tem essa mistura tóxica de ódio pessoal e polarização política (BBC, 2022).

Um dos traços típicos da crise da democracia liberal – principalmente no mundo ocidental - é a desordem das paixões ávidas por satisfação, a tirania da opinião democrática, o aumento irreversível de demandas que pressionam os governos e “acarreta o declínio da autoridade e torna os indivíduos e os grupos rebeldes à disciplina e aos sacrifícios exigidos pelo interesse comum” (RANCIÈRE, 2014, p. 15). A demanda social é paradoxal. Há reivindicação por justiça, segurança, educação, saúde, mas impera o “reino monstruoso da adolescência⁹”, as mudanças devem ser imediatas sem levar em consideração as “sutilezas” e as “complexidades” do jogo político. Por isso, muitas vezes, o contrapoder, os desejos da instância cidadã aparentam ser inúteis ou infantis. Talvez seja uma especialidade brasileira.

Especialistas apontam que a polarização aumentará no Brasil à medida que a eleição se

aproxima.

Acho que vai piorar, porque a campanha política vai ser, certamente, entre Lula e Bolsonaro. E 40% do país tem ódio do Lula e outros 40% têm ódio do Bolsonaro. A tendência provável de Lula não vai ser polarizar. Ele vai polarizar contra o Bolsonaro, mas não vai assumir posições radicais. Mas Bolsonaro sempre polariza e certamente ele vai pintar Lula como um diabo. Eu acho quase inevitável que a polarização se exacerbe nos próximos meses. Agora, depois da eleição é um momento de possível diminuição da polarização. Os dois candidatos vão ter que costurar alianças para governar o país (BBC, 2022).

DUAS CONTRIBUIÇÕES EMPÍRICAS RECENTES SOBRE A POLARIZAÇÃO NO BRASIL

Há dois importantes e recentes estudos empíricos sobre a polarização política no Brasil: o artigo “Brazil: when political oligarchies limit polarization but fuel populism” de Umberto Mignozzetti e Matias Spektor e o artigo “Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião”¹⁰ de Pablo Ortellado, Márcio Moretto Ribeiro e Leonardo Zeine.

No artigo intitulado “Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião” (2022) de Pablo Ortellado, Márcio Moretto Ribeiro e Leonardo Zeine, os autores investigam o fenômeno da polarização política no Brasil. Eles ressaltam que a polarização “vem sendo tomada como um pressuposto sem ser, de fato, investigada” (IBIPAD, 2022). É muito frequente vermos nos discursos políticos e em matérias jornalísticas que o Brasil está polarizado. Portanto, os três autores realizam um estudo de polarização no país a partir de pesquisas de opinião que representam toda a população brasileira. “Os resultados mostram que a polarização política existe em alguma medida,

⁹ Passagem poética e na tendência de classificar o período da adolescência como um rito de passagem da infância para a fase adulta.

¹⁰ Os autores propuseram um artigo de caráter panorâmico e exploratório, buscando aplicar duas bases de dados: o Latin America Public Opinion Project (Lapop) e o World Values Survey (WVS).

mas ela não é generalizada” (IBIPAD, 2022).

Em primeiro lugar, encontramos polarização das opiniões políticas de massa, sobretudo em temas morais, como divórcio e direitos da população LGBT. Essa polarização PABLO ORTELLADO; MARCIO MORETTO RIBEIRO; LEONARDO ZEINE OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 28, nº 1, jan.-mar., 2022, 87, tem um componente geracional relevante e parece ser causada por uma reverberação das mudanças nos costumes que reforçou o conservadorismo das gerações mais velhas, como foi observado na Europa e nos Estados Unidos por Norris e Inglehart (2019). Encontramos polarização das identidades de esquerda e de direita a partir de 2014 que também é mais acentuada entre as pessoas mais velhas (além das menos escolarizadas). Essa polarização de identidade entre os mais velhos é consistente com a literatura internacional, que, de maneira geral, indica que as pessoas mais velhas são mais politizadas, pelo menos no sentido convencional. Quando olhamos para a relação entre identidades e opiniões, encontramos alinhamento entre as opiniões sobre temas morais e as identidades de esquerda e direita, embora esse alinhamento não seja crescente (polarização enquanto processo). Finalmente, em 2017, encontramos polarização afetiva na correlação da identidade esquerda/direita com a escala gostar/degostar de identidades adversárias no subgrupo das pessoas engajadas. Essa polarização afetiva existe para as identidades de comunista, petista e apoiador do regime militar. Em resumo, quando olhamos para todas as medidas utilizadas na literatura americana nas bases de dados do WVS e do Lapop, encontramos, para o caso brasileiro, polarização política em algum grau (ORTELLADO et al, 2022, p. 86-87).

Os resultados obtidos por Ortellado, Ribeiro e Zeine divergem das conclusões do outro estudo empírico sobre polarização política que é o artigo de Mignozzetti e Spektor (2019) ao qual rechaça a polarização política no Brasil quando se observa os dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb).

O artigo encontra um altíssimo grau de polarização afetiva em 2018, com o sentimento anti-PT se destacando em uma comparação internacional, mas mostra baixa polarização partidária de massa e baixa polarização ideológica de massa. Os autores utilizam uma medida de polarização partidária de massa que

consiste na proporção de pessoas que votariam em um partido multiplicada pela proporção das pessoas que nunca votariam no mesmo partido; os resultados mostram uma polarização baixa na comparação internacional. Para medir a polarização ideológica de massa, utilizam uma medida de dispersão e outra de concentração nos extremos da distribuição em uma escala ideológica direita-esquerda. Os resultados indicam polarização relativamente alta na medida de dispersão e baixa na medida de concentração nos extremos. Curiosamente, esse resultado misto e ambivalente é interpretado no artigo como ausência de polarização. Os resultados não são diretamente comparáveis com os nossos porque utilizamos bases de dados e perguntas diferentes, assim como metodologias de mensuração distintas. Mas tanto a polarização afetiva como a polarização ideológica medida pela dispersão que Mignozzetti e Spektor encontram são compatíveis com os nossos resultados. Talvez se trate de uma questão de ênfase, como no caso do copo que pode estar tanto meio cheio como meio vazio (ORTELLADO et al, 2022, p. 87).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independente do copo estar meio cheio ou meio vazio, há sinais, evidências, fatos que demonstram a existência de uma polarização política no Brasil. De fato, há nuances e zonas cinzentas evidentes neste fenômeno. Há que se clarificar, dividir e categorizar temas/pautas na sociedade em que há mais convergência e divergência.

Os questionamentos que considero válidos para a reflexão final: temos ou não aumento da violência política entre os grupos apoiadores dos dois principais candidatos em diversos espaços públicos nesta eleição em comparação a 2014 e em 2018? O que representará a vitória e a possível reeleição de Bolsonaro? O que significará a vitória de Lula? Como ficará o Congresso Nacional? Teremos renovação ou não? 2023 será um cenário de turbulência e aumento da polarização?

REFERÊNCIAS

BBC NEWS BRASIL. **Brasil vive mistura tóxica de ódio pessoal e polarização política**, diz americano especialista em democracia na América Latina. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62144553>. Acesso em: 31 de agosto de 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Crise e reinvenção da política no Brasil**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CHARADEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. Trad. Angela M.S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

CNN BRASIL. **Pesquisa Ipec para presidente: Lula tem 44%; Bolsonaro, 32%**. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pesquisa-ipecc-para-presidente-lula-tem-44-bolsonaro-32-2/>. Acesso em: 31 de agosto de 2022.

DW. **O que explica e quais os desafios da nova “onda rosa” latina**. <https://www.dw.com/pt-br/o-que-explica-e-quais-os-desafios-da-nova-onda-rosa-latina/a-62212439>. Acesso em: 31 de agosto de 2022.

ESTADÃO. **Polarização no Brasil supera média mundial e causa mais tensão que diferenças entre classes sociais**. <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,polarizacao-no-brasil-supera-media-mundial-e-causa-mais-tensao-que-diferencas-entre-classes-sociais,70003796454>. Acesso em: 29 de agosto de 2022.

IBIPAD. **A polarização política no Brasil**. <https://ibpad.com.br/politica/a-polarizacao-politica-no-brasil/>. Acesso em: 30 de agosto de 2022.

G1. **Crimes de ódio na internet crescem 650% em ano eleitoral**. <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/08/29/crimes-de-odio-na-internet-crescem-ate-650percent-em-ano-eleitoral.ghtml>. Acesso em: 31 de agosto de 2022.

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Márcio Moretto. ZEINE, Leonardo. “Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião”. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 28, nº 1, p.62-9, 2022.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Trad. Mariana Echalar. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

RICUPERO, Rubens. **O ponto ótimo da crise**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

SCHOPENHAUER, Arthur. **As dores do mundo: o amor – a morte – a arte – a moral – a religião – a política – o homem e a sociedade**. Trad. de José de Souza de Oliveira. São Paulo: EDIPRO, 2014.

SEDUFISM. **Pedestal vazio**. <https://www.sedufism.org.br/artigo/reflexoes/672>. Acesso em 31 de agosto de 2022.

SILVEIRA, José Renato Ferraz da. **A tragédia da política em Ricardo III**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.